



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 85

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1965

ATA DA 119ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 11 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Lev  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Cattete Pinheiro  
Moura Palha  
Eugênio Barros  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Joaquim Parente  
José Cândido  
Siegfredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dix-Huit Rosado  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Barros Carvalho  
Pessoa de Queiroz  
Ermirio de Moraes  
Silvestre Péricles  
Rui Palmeira  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
José Leite  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Vasconcelos Torres  
Afonso Arinas  
Aurélio Viana  
Milton Campos  
Nogueira da Gama  
Lino de Matos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Lopes da Costa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Irineu Bornhausen  
Antônio Carlos  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

e os Srs. Deputados:

Acre

Altino Machado  
Armando Leite  
Geraldo Mesquita  
Jorge Kalume  
Mário Maia  
Rui Lino  
Wanderley Dantas

## CONGRESSO NACIONAL

Amazonas

Abrahão Sabbá  
Antunes de Oliveira  
Djalma Passos  
José Esteves  
Leopoldo Peres  
Paulo Coelho  
Wilson Calmon (3-3-66)

Para

Armando Corrêa  
Burlamaqui de Miranda  
Caryalho da Silva (4-12-65)  
João Menezes  
Lopo Castro  
Stélio Maroja  
Waldemar Guimarães

Maranhão

Alexandre Costa  
Cid Carvalho  
Clodomir Millet  
Henrique La Rocque  
Ivar Saldanha  
Joel Barbosa  
José Burnett  
José Sarney  
Luiz Coelho  
Mattos Carvalho  
Pedro Braga  
Renato Archer

Piauí

Chagas Rodrigues  
Dyrno Pires  
Ezequias Costa  
Gayoso e Almendra  
Héitor Cavalcanti  
João Mendes Olímpio  
Moura Santos

Ceará:

Alfredo Barreira (22-11-65)  
Alvaro Lins  
Dager Serra (11-3-66)  
Edison Melo Távora  
Esmerino Arruda  
Euclides Wicar  
Flávio Marçílio  
Francisco Adeodato  
Furtado Leite  
Leão Sampaio  
Lourenço Colares (10-12-65)  
Martins Rodrigues  
Ogiris Pontes  
Perillo Teixeira (19-11-65)  
Paes de Andrade  
Paulo Sarasate  
Ubirajara Ceará (28-12-65)  
Ossian Araripe

Rio Grande do Norte

Aluísio Bezerra  
Clóvis Motta  
Djalma Marinho  
Jessé Freire  
Odilon Ribeiro Coutinho  
Vingt-Rosado

Paraíba

Arnaldo Lafayette  
Flaviano Ribeiro  
Humberto Lucena  
Jandui Carneiro  
João Fernandes  
Luiz Bronzeado  
Pínnio Lemos  
Raul de Góes

Pernambuco

Aderbal Jurema  
Aide Sampaio  
Andrade Lima Filho  
Arruda Câmara  
Augusto Novaes  
Aurino Valios  
Bezerra Leite  
Clodomir Leite  
Costa Cavalcanti  
Geraldo Guedes  
José Carlos Guerra  
Luiz Pereira  
Magalhães Melo  
Milvernes Lima  
Nilo Coelho  
Oswaldo Lima Filho  
Souto Maior  
Tabosa de Almeida

Alagoas:

Abrahão Moura  
Aloysio Nonó  
Ary Pitombo  
Medeiros Neto  
Oceano Carleia  
Oséas Cardoso  
Pereira Lúcio  
Segismundo Andrade

Sergipe

Arnaldo Garcez  
José Carlos Teixeira  
Lourival Batista  
Machado Rollemberg  
Walter Batista

Bahia

Aloysio Short (4-12-65)  
Antonio Carlos Magalhães  
Aloisio de Castro  
Clemens Sampaio  
Cícero Dantas  
Edgard Pereira  
Edvaldo Flores (4-12-65)  
Gastão Pedreira  
Héitor D'As  
Henrique Lima  
João Alves  
Josaphat Azevedo  
Luna Freire  
Manoel Novaes  
Mario Piva  
Necy Novaes  
Nonato Marques  
Oliveira Brito  
Oscar Cardoso  
Pedro Catalão  
Raimundo Brito  
Régis Pacheco  
Ruy Santos

Teófilo de Albuquerque  
Tourinho Dantas  
Vasco Filho  
Vieira de Melo  
Wilson Falcão

Espírito Santo:

Argilano Dario  
Dirceu Cardoso  
Dulcino Monteiro  
Florianio Rubin  
Gil Veloso  
Oswaldo Zanello  
Raymundo de Andrade  
Rio de Janeiro  
Adahuri Fernandes (25-3-63)  
Adolpho Oliveira  
Afonso Celso  
Alair Ferreira  
Ario Teodoro  
Bernardo Bello  
Carlos Werneck  
Dado Coimbra  
Edésio Nunes  
Geremias Pontes  
Glênio Martins  
Heli Ribeiro  
Jorge Said-Cury (4-12-66)  
Josémaria Ribeiro  
Raymundo Padilha  
Roberto Saturnino

Guanabara

Adauro Cardoso  
Afonso Arinos Filho (M.E.)  
Alomar Baleeiro  
Arnaldo Nogueira  
Aureo Melo  
Baeta Neves  
Benjamin Farah  
João da Silveira  
Cardoso de Menezes  
Chagas Freitas  
Eurico Oliveira  
Expedito Rodrigues  
Hamilton Nogueira  
Mendes de Moraes  
Nelson Carneiro  
Waldir Simões

Minas Gerais

Abel Rafael  
Aécio Cunha  
Amintas de Barros  
Aquiles Diniz  
Bento Gonçalves  
Bilac Pinto  
Carlos Murilo  
Celso Murta  
Celso Passos  
Cyro Maciel (S.E.)  
Dnar Mendes  
Elias Carmo  
Francellino Pereira  
Geraldo Freire  
Guilhermino de Oliveira  
Horácio Bethônico  
Jaeder Albergaria  
José Bonifácio  
José Humberto (S.E.)  
Manoel de Almeida  
Manoel Taveira  
Milton Reis  
Nogueira de Rezende

Ormeo Botelho  
Ovidio de Abreu  
Ozanam Coelho  
Padre Nobre  
Padre Vidigal  
Paulo Freire  
Pedro Aleixo  
Pinheiro Chagas  
Renato Azeredo  
Simão da Cunha  
Tancredo Neves  
Ultimo de Carvalho  
Walter Passos

São Paulo

Adrião Bernardes  
Afranio de Oliveira  
Alceu de Carvalho  
Amaral Furlan  
Aniz Badra  
Antônio de Barros  
Antônio Feliciano  
Athie Coury  
Batista Ramos  
Broca Filho  
Campos Verral  
Carvalho Sobrinho  
Celso Amaral  
Condeixa Filho (S.E.)  
Dias Menezes  
Derville Alegretti  
Ewaldo Pinto  
Franco Montoro  
Germival Feijó  
Harry Normaton  
Hamilton Prado  
Hélio Maghenzani  
Henrique Turner  
Herbert Levy  
Italo Pittinaldi (S.E.)  
Ivete Vargas  
José Barbosa  
José Menck  
José Resegue  
Lauro Cruz  
Levy Tavares  
Luiz Francisco  
Mário Covas  
Millo Cammarosano  
Nicolau Tuma  
Pacheco Chaves  
Padre Godinho  
Paulo Lauro (1-12-65)  
Pedro Marão  
Pedroso Júnior  
Pinheiro Brisolla  
Plínio Salgado  
Ranieri Mazzilli  
Sussumu Hirata  
Teófilo Andrade  
Tufy Nassif  
Ulysses Guimarães  
Yukishigue Tamura

Goiás

Anísio Rocha  
Benedito Vaz  
Castro Costa  
Celestino Filho  
Emival Caiado  
Geraldo de Pina  
Haroldo Duarte  
Jales Machado  
José Freire  
Ludovico de Almeida  
Peixoto da Silveira  
Rezende Monteiro  
Lisboa Machado

Mato Grosso

Correia da Costa  
Edison Garcia  
Miguel Marcondes  
Philadelpho Parcia  
Ponce de Arruda  
Rachid Mamed  
Saidanha Derzi  
Wilson Martins

Paraná

Arcioy Filho  
Antônio Annibelli  
Antônio Baby  
Brage Ramos  
Elias Nacle  
Emílio Gomes  
Fernando Gomes  
Hermes Macedo  
Ivan Luz  
João Ribeiro

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,0
Ano .....	Cr\$ 96,0
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,0

#### FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,0
Ano .....	Cr\$ 76,0
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,0

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Jorge Curi  
José Richa  
Lyrio Bertolli  
Maia Neto  
Mário Gomes  
Miguel Buffara  
Minoru Miyamoto  
Newton Carneiro  
Plínio Costa  
Rafael Rezende  
Renato Celidônio  
Wilson Chedid  
Zacarias Seleme

Santa Catarina

Albino Zeni  
Antônio Almeida  
Aroldo Carvalho  
Carneiro de Loyola  
Diomício de Freitas  
Doutei de Andrade  
Laerte Vieira  
Lenoir Vargas  
Orlando Bertoli  
Osni Régis  
Paulo Macarini  
Pedro Zimmermann

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana  
Afonso Anschau  
Antônio Bresolin  
Ary Alcântara  
Brito Velho  
Cesar Prieto  
Cid Furtado  
Clóvis Pestana  
Croacy de Oliveira  
Euclides Triches  
Floriano Paixão  
Giordano Alves  
Jairo Brum  
José Mandelli  
Lino Braun  
Luciano Machado  
Marcelo Terra (M.E.)  
Matheus Schmidt  
Milton Cassel (S.E.)  
Norberto Schmidt  
Osmar Grafulha  
Peracchi Barcelos  
Raul Pila

Ruben Alves  
Tarso Dutra  
Unirio Machado  
Zaire Nunes

Amapá

Janary Nunes

Roraima

Hegel Morhy

Roraima

Francisco Elesbão — 337

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

As listas de presença acusam o comparecimento de 50 Srs. Senadores e 337 Srs. Deputados, num total de 387 Srs. Congressistas.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há expediente a ser lido, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 14 de 1965, que autoriza a abertura ao Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de vinte bilhões e quinhentos milhões para o fim que menciona.

Está em discussão o Projeto.

Tem a palavra o nobre Deputado Nelson Carneiro, primeiro orador inscrito.

#### O SR. NELSON CARNEIRO:

Sr. Presidente, Senhores Congressistas, permitam-me que me afaste, um pouquinho, da matéria ligada ao objetivo da Mensagem presidencial, para, num País cristão como o Brasil

render desta Tribunal graças ao Senhor, no dia da Ação de Graças.

Sr. Presidente, graças a Deus pela primeira vez, na História política do Brasil, em tantos anos decorridos desde a Independência, a vida política brasileira vai-se organizar num só grupo! — no Partido da União Nacional. Este, o motivo para que, nesta hora, se elevem graças a Deus. Não haverá mais divergências na vida política nacional. Um só Partido, integrado por todas as correntes partidárias que, antigamente, se digladiaram. E por que, Sr. Presidente? — Porque, não é possível, dentro dos quadros traçados pelo Ato Institucional Complementar nº 4, outra solução, salvo se neste dia de graças a Deus, o Senhor inspire alguns dos ilustres Congressistas para que tragam uma achega capaz de elidir as considerações que vou fazer.

Tenho meditado estas noites todas, a procura de outra solução que não a do Partido único.

Vou fixar-me num Estado: o de São Paulo, por exemplo. São Paulo deverá eleger um Senador e 59 Deputados. No dia 3 de outubro será eleito, pela Câmara e pelo Senado Federal, em votação nominal — voto aberto — o Presidente da República. Somos todos políticos; sejamos também realistas: será eleito o candidato do Presidente da República. Não quero dar o nome, por enquanto; direi apenas que se chama B-1.

No dia seguinte, na forma do novo ato, inevitável, que virá no recesso, a Assembléia paulista, que não é mais heróica do que este Congresso, que não tem razão de ser, elegerá o Governador do Estado também por voto descoberto; será "B-2".

No dia 15 de novembro realizaremos — vamos admitir — as eleições para Senador e Deputado Federal, em São Paulo. Para a indicação de Senador, num Estado onde compareceram 4 milhões de eleitores no último pleito, seriam necessários 200.000 heróis paulistas que subscrissem uma lista, com o número do título e indicação da residência autorizando a inscrição de candidato oposicionista, não ao Governo que existe e que vai terminar, mas ao futuro Presidente da República, já eleito para quatro anos, e o Governador do Estado já eleito, também, por um quadriênio.

Onde estarão senhores, sem merecer a nobre gente paulista, esses 200.000 heróis de São Paulo, se não ressuscitarem aqueles que morreram em 32 e os que morreram depois de 32? Somos humanos: compreendemos que entre os possíveis eleitores oposicionistas estão funcionários públicos federais, funcionários públicos estaduais, funcionários públicos municipais, pessoas ligadas ao Banco do Brasil, ao Banco da República, aos Institutos, industriais, fazendeiros, que não têm por que expor o nome às vicissitudes que podem resultar — não digo que vão resultar necessariamente, mas que podem resultar de sua decisão. São 200.000 eleitores que passam a ser suspeitos de revanchistas, de comunistas, de anti-revolucionários, de inimigos do Governo — não só dos que acabam, mas também dos que começam.

Não haverá assim candidato a Senador pela oposição em São Paulo. São 59 os candidatos da oposição à deputado federal, e serão precisos que 118.000 heróis paulistas assumam por escrito a responsabilidade dessas indicações. Onde estão esses heróis?

Se V. Exas. saírem de São Paulo e descerem a Pernambuco, a gloriosa terra dos Leões do Norte, perguntaria: Onde estão os 40.000 eleitores pernambucanos, homens sinceros, devotados, da capital e do interior que assumirão a responsabilidade de indicar candidato contra o Governador eleito e contra o Presidente da República eleito?

O Sr. Mário Maia — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Mário Maia — Nobre Deputado, imagine o que está acontecendo no Estado do Acre. O Ato Complementar nº 4, estabelecendo a proporcionalidade de votos para Senadores e número arbitrário para Deputados federais e estaduais, Vereadores e Prefeitos, criou uma hierarquia que deu resultado completamente inverso no meu Estado. Lá, um cidadão necessita de duas mil autorizações para se apresentar como candidato a Deputado Federal. Para Deputado Estadual, necessita de mil assinaturas e para Senador necessita de 700 assinaturas, pois necessita de 5% sobre os votantes e os votantes, em 1962, foram, exatamente, 14.835 eleitores. Vê V. Exa. quanta incoerência e quanta iniquidade foi inserida no processo eleitoral brasileiro, através desse Ato Complementar, que acredito tenha sido feito com boas intenções por colegas nossos que colaboraram, mas, no momento em que o fizeram, não tiveram o cuidado de consultar dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Eleitoral, que indicavam a correção dessas anomalias.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Exa.

Ai está, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o quadro da sucessão. Então, por que não vamos todos — já que a oposição não terá possibilidade de indicar candidatos ainda que sejam três os partidos — por que não vamos todos para um só partido, o partido do governo, o Partido da União Nacional? Isto existe de algum modo no México, isto existe na China Comunista, isto existe nas Repúblicas Soviéticas, isto existe em Portugal. Por que divergir? Por que vamos expor nossos amigos, nossos eleitores a interpretações várias?

Dai a única solução, o partido único, o Partido da União Nacional em que todos apoiarão o Governo, como diria aquele cidadão que, um dia, na posse do Presidente Bernardes lhe telegrafou para assegurar-lhe o apoio a ele e a todos os seus honrados sucessores." (Riso)

Esse o único partido que pode surgir do Ato Complementar nº 4. Não encontrei até hoje, nas exposições que tenho feito, uma só restrição a esses raciocínios, por mais que desejasse que surgisse. Quem se dispõe, nesta Casa, a conseguir voto de amigos para expô-los numa lista de candidato opositorista?

Se as eleições para Senador ou Deputado se ferissem antes de eleito o Presidente da República e Governador, seria possível até a existência de um partido de oposição; mas, depois de eleitos aqueles mandatários, quem vai exigir o sacrifício público de seus amigos e correligionários?

Tenho pena dessa gente que não é Deputado, que não é Senador, que não pleiteia cargo público, que apenas exerce o direito de votar. Por que vamos expô-los a situações vexatórias por nossa causa?

Assim seremos todos, na vida pública brasileira, um só barco, velejando mais facilmente. Terá muita gente, mas também somos aqui um grande barco com muita gente e continuaremos a velejar.

Lembro-me que ainda ontem o Senador José Guimard dizia a mim e ao Senador Josaphat Marinho que havia um ilustre cidadão que sempre que se oferecia uma situação difícil ele tinha uma resposta: "Ai está o impasse." Estamos no "impasse." Temos que sair do "impasse" e o meio é fundar um partido onde todos nós que já somos amigos, passaremos a ser correligionários.

O Governo não pode ficar zangado conosco porque o apoiamos. O Go-

vérno não tem razão de se sentir prejudicado pela nossa atitude se o aplaudimos. Se o Governo realizar uma obra meritória, por que negar-lhe o apoio?

Nesse dia, demos graças a Deus, rendemos graças a Deus por essa magnanimidade. Pois o objetivo do momento não é a integração? Não se reúnem os povos do continente em busca de integração americana? Por que não fazemos nós a integração política nacional? Porque não nos integramos em uma só força que apoie o Governo, não só esse mas todos os seus honrados sucessores?

Parece que me chegou hoje o estado de Vieira, o di adá conversão. É que nesse dia de graças a Deus todos nós devemos meditar, mas meditar seriamente que não há outra solução para a vida política nacional, senão o partido único.

Nesse ponto venceram os ilustres líderes Daniel Krieger e Pedro Aleixo, foram contra o bipartidarismo, e conseguiram o unipartidarismo, o partido único, o partido de todos, o partido da harmonia, o partido da compreensão, o partido do casamento indissolúvel, que tanto agrada a Monsenhor Arruda Câmara, em que não mais haverá divergências, não haverá divórcio, será indissolubilidade total, a indissolubilidade de 409 Deputados e 66 Senadores, que criará a indissolubilidade dos Assembléias Legislativas a indissolubilidade das Câmaras de Vereadores, a indissolubilidade dos Prefeitos. É possível que dessa indissolubilidade geral surja alguma coisa nova para o Brasil.

Nós conhecemos as divergências que marcaram o Império, nós conhecemos as divergências que marcaram a República. Por que tentamos nesse dia de graças a Deus a unidade nacional, a unidade política nacional?

O Sr. Antunes de Oliveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Antunes de Oliveira — Eminente Deputado, estava noutro setor de atividade e não pude assistir ao seu discurso, desde o princípio. Gostaria de pedir que me ajudasse. Está fazendo V. Exa. um chiste, está jogando uma ironia ou está se batendo profundamente por um partido único de união nacional, vale dizer, no sentido totalitário, ou comunista ou fascista, porque só poderia sê-lo? Conheço o modo de pensar de V. Exa. e sua luta democrática nesta Casa. Infelizmente cheguei depois da hora. Gostaria de saber se V. Exa. está fazendo uma blague, uma ironia, um chiste em face da hora em que, não se podendo falar mais profundamente, talvez tenhamos de recorrer ao estilo do chiste, da ironia. Gostaria que V. Exa. me esclarecesse. Quero ouvi-lo com atenção e proveito.

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra. Acredito que esta mesma pergunta esteja no espírito de outros colegas. É com prazer que respondendo, Sr. Deputado. Somos homens públicos realistas. O Monsenhor Arruda Câmara sabe — e não vai ofensa alguma à Câmara dos Deputados — que sua grande arma na luta contra meus projetos tem sido o voto secreto. No dia em que S. Exa. abrir mão do voto secreto será redondamente derrotado nesta Casa.

Mas quero concluir...

O Sr. Arruda Câmara — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Darei com muito prazer o aparte a V. Exa. mais adiante.

Muitos combatem a sabedoria do avestruz, que enfia a cabeça na areia, na hora da tempestade. Mas somente assim ele sobrevive. Também a vida política do Brasil somente sobrevive-

rá no Partido único. Ou, caso contrário, haverá Partido do Governo e os outros ficarão marginalizados, não terão oportunidade sequer de indicar candidato à Câmara e ao Senado.

Digamos que hoje na Bahia dez mil eleitores, que não bastarão para indicar um Senador, indicarão cinco Deputados Federais. Mas cinco Deputados Federais não serão a bancada de oposição nesta Casa, serão apenas cinco que irão representar esses dez mil.

O Sr. Arruda Câmara — Permite V. Exa. agora o aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Darei o aparte a V. Exa. mas quero esclarecer que apenas exprimo a realidade, se alguém tem outra solução dentro do quadro real político do Brasil, me apresente. Só há uma fórmula. O partido único. Se vamos ficar marginalizados no dia 3 de outubro, vamos todos para o partido oficial ou seremos de tal forma pestilentos que o Governo não aceite nossa companhia?

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — V. Exa. dispõe de cinco minutos para concluir o seu discurso.

O Sr. Arruda Câmara — V. Exa. acaba de pregar uma união nacional indissolúvel na política. Vamos adotar também a união indissolúvel em matéria de família, em matéria social.

O SR. NELSON CARNEIRO — Se V. Exa. pensa que assim pensa o Senhor Presidente da República, estou disposto a apoiar S. Exa. e todos os seus honrados sucessores. (Risos).

O Sr. Arruda Câmara — O Brasil está de parabéns, louvado seja Deus, porque o Presidente da República é bom católico e pela indissolubilidade.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu acompanho S. Exa. Agora seu governo. (Riso).

O Sr. Arruda Câmara — Congratulo-me com V. Exa. e com a família brasileira. O divórcio perdeu o seu último caudilho, através desse pronunciamento de V. Exa.

O SR. NELSON CARNEIRO — Salvo se o divórcio continuar na vida política nacional. Se V. Exa. não conseguir a união indissolúvel na vida política, continuará o divórcio, e então poderemos continuar pregando minhas idéias. Mas se se conseguir o milagre do partido único, a união indissolúvel da vida política brasileira render-me-ei a V. Exa.

O Sr. Arruda Câmara — V. Exa. sabe que esse velho sacerdote não dispõe de meios, do poder de persuasão que possui o Supremo Magistrado da Nação, que agora arrebatou o título de Chefe Nacional ao Sr. Plínio Salgado. Este título passou, com todas as honras, para o Sr. Castello Branco, que é, agora, o nosso Chefe Nacional. Quanto à votação secreta, V. Exa. não se iluda: já perdeu uma vez, em votação secreta do divórcio, e perderá outra vez. V. Exa. está subestimando a coragem dos Srs. Deputados.

O SR. NELSON CARNEIRO — Cada um faz seu exame de consciência.

O Sr. Arruda Câmara — Quem vota a indissolubilidade de público, fá-lo também em votação secreta. Os Deputados são todos homens independentes, de caráter, de nobreza de procedimento, de modo que nessa parte V. Exa. não tem razão.

O SR. NELSON CARNEIRO — Aceito que todos os Deputados são homens honrados, dignos e nobres, mas estou certo de que em consciência, no dia de dar graças a Deus, todos estão certos de que se a votação do projeto de anulação fosse secreta o resultado seria diferente. E nem por

isso Sr. Exas, deixam de ser nobres, dignos e honrados.

No começo da minha vida política, quando se sucediam os interventores na Bahia, havia determinado correspondente da imprensa carioca que sempre estava a favor do novo interventor. Procurei-o, dizendo-lhe: — "Mas, fulano, você é um homem terrível: está sempre com o Governo". Respondeu-me: — "Não, eu não mudo. Eu sou governo. Os outros é que mudam!" (Risos).

É essa filosofia que só agora aprendo, e aprendo velho. É a grande filosofia que deve presidir a união nacional. Vamos apoiar o Governo!

Sr. Presidente, V. Exa. me advertiu de que a hora irá terminar. Não quero deixar de render graças a Deus. Hoje é o dia de todos os cristãos agradecerem ao Senhor o fato de viver, porque nem todos podem ter a ventura de viver. E ainda que os intelectuais não possam clamar pela liberdade e estejam respondendo no cárcere por esse delito, quero render graças a Deus porque ainda a jovem geração, os meninos que frequentam as escolas primárias e que, certamente, comparecerão aos primeiros pleitos eleitorais que virão depois de tantos Atos, essas crianças ainda podem. Sr. Presidente, graças a Deus, cantar o hino que todos aprendemos mas nem todos lembramos:

"Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!" (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os Anais desta Casa estão aí para testemunhar a nossa luta de três anos, travada neste plenário e junto aos Ministros da Viação e Obras Públicas, objetivando a solução de problemas fundamentais do Rio Grande do Sul, no setor das estradas, de modo especial da minha região.

Esta luta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é nossa e, a rigor, não é do Rio Grande do Sul — é a luta do Brasil, inclusive em atendimento ao apelo do Presidente da República que sempre fala na recuperação econômica do Brasil, que só pode ser conseguida onde houver estradas em condições para facilitar transporte.

Esta luta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não tem sido compreendida e nossas estradas, principalmente neste ano arrasadas pela maior calamidade de todos os tempos, continuam sendo esquecidas.

Todos sabem o trabalho que temos desenvolvido, principalmente junto ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, através de sucessivos pronunciamentos nesta tribuna, lendo inclusive vasta correspondência de prefeitos, de Câmara de Vereadores, do Lyons, do Rotary e de outras entidades daquela região. Infelizmente, esse nosso esforço tem sido baldado, como se o Estado do Rio Grande do Sul não figurasse dentro da Federação Brasileira.

Contribuímos com impostos, pagamos pesados tributos à Federação. Aquela região do Rio Grande do Sul é uma das que mais colaboram para abastecer os centros de consumo do país, é a região mais privilegiada da América Latina, no que se refere à produção de soja.

A despeito disso tudo, a região que represento nesta Casa continua esquecida por parte do Governo Federal. Daí virmos tentando, nesta Casa, objetivar a realização daquelas obras reclamadas, com tanta justiça.

Apresentamos três emendas ao projeto ora em discussão, relacionadas

com a variante que liga a BR-152, ex-BR-14, à Cidade de Tupareceta.

Essa variante é do mais alto interesse para essa região. E o Governo Federal que aplicou nessa estrada muitos milhões de cruzeiros, há dois ou três anos abandonou as obras. Lá estão milhões de cruzeiros que representam o suor e o sacrifício do povo; dinheiro que foi esbanjado porque o tempo, as chuvas e o vento estão destruindo tudo e a obra é praticamente improdutiva, porque não presta serviços à coletividade devido à falta de conclusão.

Mas, Srs. Congressistas, cada vez que visitamos aquela Município, aquela região, recebemos apelos, da parte de homens de todos os partidos políticos, de gente que sente, sofre e vive os problemas da sua região, e preferimos traduzir seu pensamento através desta tribuna e através de outras iniciativas, sem que tenhamos atingido o objetivo a que visamos. Agora, Srs. Congressistas, essa emenda, que trata também da solução do problema, foi rejeitada pelo eminente Relator, meu ilustre amigo, Deputado Orlando Bertoli. Também outra emenda, objetivando o asfaltamento da BR-153, ex-BR-14, no trecho entre as cidades de Santa Maria e Cruz Alta, foi rejeitada.

Aqueles que conhecem Santa Maria, aqueles que conhecem o coração do Rio Grande do Sul, sabem da importância desse trecho rodoviário, não desconhecem que em Santa Maria está situado o maior número de Unidades das nossas Forças Armadas.

A Cidade de Santa Maria, proporcionalmente, é aquela que apresenta maior índice escolar no meu Estado e, possivelmente, no Brasil. É um centro de estudos conhecido, não apenas dentro da nossa Pátria, mas fora das fronteiras do Brasil.

E essa rodovia, tantas vezes reclamada, continua na folha do esquecimento, numa página triste, para uma cidade que tanto contribui no planejamento, na formação do coração e da inteligência das novas gerações, daquelas que não de ser vanguardistas do programa do Brasil de amanhã.

Ainda outra emenda nossa, a que trata da conclusão da BR-185, ex-BR-43, no trecho entre as cidades de São Borja e de Santa Bárbara do Sul, foi rejeitada. Essa estrada, conforme tive oportunidade de fazer tantas vezes, desta tribuna, é uma das mais importantes do Brasil. Poucas regiões do País, possivelmente, têm as condições de produção daquela, servida por esse trecho de rodovia. É através dela que se faz o escoamento de milhares de sacos de soja, de feijão, de milho, de trigo, e ainda de centenas ou milhares de suínos, anualmente. Entretanto, basta chover uma ou duas horas para que centenas de caminhões fiquem ali atolados.

Perguntamos: como se pode falar em recuperação econômica do Brasil, quando não se dispensa o mínimo de atenção às nossas rodovias?

Ainda há poucos dias, o Sr. Guilherme Borghoff blazonava, através da imprensa que, no próximo ano, haverá aumento da produção. Os gêneros alimentícios custarão menos, será estabilizado o custo-de-vida... Gostaríamos de saber onde S.ª encontrou elementos para tão arrogante declaração. Quem fez uma afirmação dessas, ou desconhece os problemas do Brasil ou procura ludibriar o povo. Por que não ausculta às aspirações e necessidades de uma região como a que tenho a honra de representar nesta Casa?

Já que não foram essas estradas incluídas no Substitutivo em discussão, em nome da população gaúcha daquela zona; das Câmaras Municipais, do Prefeito, das entidades de

classe, de todas as forças vivas, mais uma vez, faço o meu veemente apelo ao ilustre Marechal Juarez Távora, titular da Viação, para que S. Exa., com a responsabilidade do cargo, volte os olhos para aquela região. Que não ouça apenas os "técnicos", mas percorra o Estado e verifique *in loco* a importância daquela rodovia; procure atender, quanto antes, a justa reivindicação rio-grandense, nesse particular.

Mas, Sr. Presidente, o eminente Relator do projeto, o meu ilustre amigo Deputado Orlando Bertoli, demonstrando sensibilidade parlamentar e conhecimento de problemas que pesam sobre comunidades inteiras, houve por bem acolher duas emendas de minha autoria, as de números 6 e 7.

A Emenda nº 6 se relaciona com a conclusão das sedes das agências do DCT nas cidades de Marau e Panambi. Quem conhece Marau, aquele próspero e futuro município, sabe da necessidade da execução dessa obra. Município que produz em larga escala soja, milho, vinhos, azeitonas além de possuir grande criação de suínos; conta com uma das maiores emissoras daquela região; possui frigoríficos, indústrias, um seminário, além de ótimos estabelecimentos municipais de ensino; vem dando o melhor de sua cooperação, inclusive ao Governo Federal, através do aumento considerável de sua produção, auxiliando, assim, a recuperação econômica de nossa pátria. Um município com tais características evidentemente não pode deixar de ser atendido em suas mínimas e mais prementes necessidades.

A Prefeitura Municipal doou o terreno necessário à construção da sede da Agência do DCT; as obras foram iniciadas e, infelizmente, há mais de dois anos aquele empreendimento está paralisado.

No ano passado, atendendo ao apelo da população daquele Município, tive ensejo de conversar longamente com o General Fernando Menescal, ilustre Diretor-Geral do D.C.T., e o Dr. João Carramunho, Diretor-Regional do D.C.T. em Santa Maria. Ambos os titulares demonstraram o maior interesse na conclusão da obra, o que não foi feito no ano passado, exclusivamente por falta de recursos.

Este ano, além da nossa presença no Orçamento da República, oferecemos ao Projeto de Lei em discussão uma emenda, que foi acolhida.

O Município de Panambi tem uma agência postal que funciona num casarão em ruínas. É uma das mais mal instaladas da região, apesar de, pela sua receita mensal, constante do relatório do Diretor-Regional do D.C.T., constituir-se na primeira agência de todo o interior do Brasil. Panambi fez a doação do terreno, há mais de quatro anos.

Nesta Casa, certo dia em que visitava o Plenário, o eminente Marechal Juarez Távora, ilustre Ministro da Viação e Obras Públicas, autorizou-me a informar à população de Panambi que, ainda no ano passado, a agência do DCT seria construída. Passou o ano de 1964, já estamos no fim de 1965 e, a despeito de todas as promessas, de todos os apelos, não temos notícia do início da obra: tantas vezes reclamada e, incompreensivelmente, até hoje adiada.

Dai a nossa iniciativa, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, incluindo neste projeto de lei a construção da agência do DCT de Panambi, para o próximo ano. A emenda foi acolhida, o que demonstra não apenas o acerto da nossa iniciativa, mas é sobretudo, a sensibilidade do relator da matéria, que foi ao encontro dos interesses de uma comunidade que não pede favores mas pede justiça.

Sr. Presidente, há dias, visitamos o município de Porto Lucena, cidade situada bem na divisa com a República Argentina, numa das regiões mais afastadas do Rio Grande do Sul, ponta de lança do Brasil junto a um país estrangeiro. Essa cidade, há longos anos, vem reclamando uma agência telegráfica, através das Diretorias Regional e Geral dos Correios. Faz apelos de toda natureza e, até hoje, não foi atendida essa justa reivindicação.

Outra coisa não se verifica em relação às cidades de Guarani das Missões e Cerro Largo, em ligação com São Luiz Gonzaga.

Fois bem, Sr. Presidente, dentro do espírito do próprio projeto de lei enviado pelo Poder Executivo, apresentei emenda, também acolhida pelo eminente relator da matéria. Porém, se faço este registro, jubiloso da sensibilidade do eminente relator da matéria, tenho de confessar, desta tribuna, a minha surpresa, ao tomar conhecimento de que já se encontra na mesa, para ser votado dentro em pouco, requerimento pedindo preferência para o projeto original, o que significa, desde logo, a rejeição do substitutivo.

Não posso acreditar que o eminente líder do Governo nesta Casa não se mostre sensível a reivindicações tão justas de uma população que apenas pede justiça; não posso acreditar que, inclusive o próprio Presidente da República, reconhecendo a importância do que estamos pleiteando neste projeto, se manifeste insensível a uma população que não pede favores, mas justiça.

E o que mais me surpreende é que, segundo tomei conhecimento essa iniciativa do líder do Governo foi orientada pelo próprio Ministro da Viação e Obras Públicas, homem que tantas vezes se tem deixado guiar por técnicos de asfalto, pelos elementos que vivem divorciados da massa que trabalha e produz, divorciado daqueles elementos que, na maioria das vezes, são apenas lembrados às vésperas das campanhas eleitorais.

Ao concluir o meu discurso, Sr. Presidente, quero deixar o mais veemente apelo ao Líder do Governo para que S. Exa. medite bem sobre a importância dessa iniciativa e, sobretudo, o quanto é justo o atendimento da reivindicação daquela região. Apelo de modo especial para que, rejeitado o substitutivo, sejam ao menos acolhidas minhas emendas, de acordo com o destaque apresentado à Mesa.

Confio nesta Casa e, sobretudo, no eminente Líder do Governo.

Obrigado a V. Exa. (Muito bem, Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Vasco Filho.

#### O SR. VASCO FILHO:

Srs. Congressistas, vamos votar o projeto de Lei nº 14, de 1965, do Congresso Nacional.

A proposição provém do Poder Executivo, e este Congresso houve por bem escolher uma Comissão Mista para estudá-la, da qual eu faço parte.

A Comissão, de acordo com o calendário estabelecido cumpriu, rigorosamente, a sua missão não só estudando com cuidado a proposição original bem como as 21 emendas a ela apresentadas.

O nobre relator, o ilustre Deputado Orlando Bertoli estudou, cuidadosamente, a matéria e depois de discutida na Comissão apresentou um substitutivo e, é preciso que se declare, é aquele que atende aos interesses dos vários Estados da Federação.

Permitam-me, Srs. Congressistas, uma crítica a esse projeto, que peça inclusive pela técnica legislativa.

Apresentei eu uma única emenda, de número 4, justamente no item I da proposição ou seja, aquele referente ao Departamento Nacional de Estrada de Ferro.

Vamos, pelo próprio texto da proposição original, que não tem sentido as especificações das letras a e b, falhando a assessoria do Governo junto ao Sr. Ministro da Viação, que falhou até na leitura do texto de uma proposição. O projeto, como toda a proposição, veio para esta Casa para ser aprimorado. Mas o absolutismo do Senhor Ministro da Viação exigindo aprovação integral, certa ou errada, com aquelas vírgulas, com aqueles pontos que S. Exa. fez constar da proposição. O Senhor Ministro da Viação não quer permitir que tenhamos o direito de modificar qualquer um dos pontos, mesmo um seu engano. Apresentei na Comissão uma única emenda sem destacar para sua estrada, para a nossa estrada da Bahia, qualquer quantitativo. E por que o fiz? Foi-lo porque o Governo terá além deste crédito especial referente às estradas de ferro, 40.684 bilhões, destinados, no orçamento para o ano vindouro, para o tronco principal sul, e mais 9.453 bilhões para a ligação L-35 trecho Roca Sales-Passo Fundo.

Como profissional da Engenharia, trabalhando mais de cinquenta anos nesse ramo da especialidade, justamente o transporte — quer por estrada de rodagem — sei perfeitamente que o Governo não tem condições para gastar bem este vultoso montante de dinheiro no Orçamento que vamos aprovar no ano próximo.

O Sr. Orlando Bertoli — Permite V. Exa. uma aparte? (Assentimento do orador) — Quería dizer a V. Exa., que todas as emendas aprovadas não só pelo Relator como pela Comissão Mista que apreciou o projeto se adaptam perfeitamente ao espírito da Mensagem, tanto que emendas que visavam retirar recursos destinados a obras específicas nela aludidas como aquelas abrangendo obras de defesa das cidades Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo, não foram aprovadas. O critério adotado pela Comissão foi por demais coerente. Não entendo por que não possam ser aprovadas as emendas pelos Deputados e Senadores e acolhidas pela Comissão Mista. Tanto que são justamente os representantes do povo nesta Casa que conhecem os problemas de suas respectivas regiões. Todas as emendas aprovadas pela Comissão Mista se adaptam perfeitamente não só à iniciativa do Sr. Presidente da República como também atende aos objetivos da Mensagem.

O SR. VASCO FILHO — Agradeço o aparte de V. Exa. reforçando as declarações de V. Exa. quero dizer que foram apresentadas três emendas incluindo teto especial. V. Exa. houve por bem declarar que elas eram impertinentes incabíveis portanto nesta proposição. O absolutismo do Senhor Ministro da Viação precisa ser atentamente verificado aqui. Nós engenheiros não trabalhamos nunca esperando 100% do que queremos, ou idealizamos. Mas o Sr. Ministro da Viação quer 100% do que pediu, certo ou errado. Não vejo porque nossa ação, aqui, fique inteiramente anulada, pela absolutismo do Sr. Ministro.

O Sr. Orlando Bertoli — Sr. Deputado, se o Ministro insiste em que a Mensagem seja aprovada como foi enviada ao Congresso, não sei para que será necessário seja ela examinada por comissão Mista, ou que haja relator, que os Deputados compareçam para analisar a mensagem e o Projeto, como o não compreendo e razão de ser da apresentação de emendas que são, aliás, viáveis do que oportunas.



O SR. VASCO FILHO — Perfeitamente. Agora, quero fazer uma declaração peremptória perante o Congresso Nacional e os brasileiros: estou pronto a votar todas as proposições que venham do Governo, desde que sejam justas, e não tragam prejuízos para nossas regiões ou qualquer ponto do País.

O Sr. Orlando Bertoli — E V. Exa. é mais do que insuspeito para falar sobre esta mensagem, porque há longos anos faz parte da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara dos Deputados, onde se tem destacado pelo esforço, pelo trabalho cotidiano e pelo seu valor na solução dos problemas básicos do País, notadamente os problemas de infra-estruturação interna se preocupa diariamente.

O SR. VASCO FILHO — Prezado colega, como vice-presidente da Comissão de Transporte, V. Exa. sentiu bem que naquele órgão técnico nós não queremos saber da origem das proposições, se nos vêm deste ou daqueles partido, desde o daquela colega. Atemo-nos o que sirvam aos interesses de nosso país. De modo que é com esta intenção que eu venho à tribuna dizer com a autoridade de 32 anos de engenheiro, que o Congresso Nacional se haverá muito bem se votar o substitutivo da Comissão Mista elaborada pelo nobre deputado Orlando Bertoli.

Agora quero dizer que tive o cuidado, conhecendo já o absolutismo, de não destacar para minha emenda um centavo. Qual a finalidade, então, da minha emenda? É tirar para uma estrada da Bahia, cuidadosamente estudada e considerada prioritária pelo Ministro da Viação, tirar para essa estrada ou ferrovia o dinheiro que sobrar do crédito especial mais da verba orçamentária para as duas estradas aqui estabelecidas, que são o tronco sul Mafra-Porto Alegre e Roca Sales a Passo Fundo.

Estas duas estradas, Sr. Presidente, não são estradas novas, mas a retificação do traçado velho, mais aquela BR-35, Roca Sales a Passo Fundo, aquela que vai buscar as mercadorias, — notadamente trigo, do vale do Rio de Contas para Porto Alegre. São efetivamente, estradas prioritárias que merecem qualquer dotação que se destine a elas.

Mas, eu já expliquei: temos de Mafra para o Sul, Cr\$ 40 684 000; temos para a estrada Roca Sales a Passo Fundo, Cr\$ 9 453 000 com mais esses Cr\$ 5 000 000 teremos ..... Cr\$ 55 300 000. E não tem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem capacidade para gastar bem esses bilhões.

Explicarei: a parte sul precisa de trilhos e Volta Redonda não tem capacidade para fabricá-los, iremos depender de importação complicadíssima e de concorrência.

De forma que o Departamento não terá dinheiro, e a minha emenda não prejudicará, em absoluto, o substitutivo ora apresentado.

Votemos, Srs. Congressistas, o substitutivo, que é aquele que atende os interesses do Brasil. (Muito bem. Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa) Declaro encerrada a discussão.

Passaremos à votação de requerimentos de destaque e preferência encaminhados à Mesa:

Para esclarecimento do Plenário, devo declarar que, ao projeto, foram apresentadas 22 emendas. O Relator foi favorável às de ns. 4, 6, 7, 8 e 15; ofereceu subemendas às de ns. 17, 18, 19, 20; foi contrário às de ns. 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 21 e 22.

Consubsanciando a matéria do projeto nas emendas de parecer favorável e subemenda, o Relator ofereceu subs-

titutivo integral, que foi adotado pela Comissão.

Há, pois, para a deliberação do Plenário o projeto inicial, 22 emendas, 4 subemendas e um substitutivo integral.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do requerimento que se acha sobre a mesa.

E' o seguinte

Requerimento (Ruy Santos)

#### Requerimento Nº 1

Requeremos preferência para votação do Projeto de Lei nº 14, de 1965 — Ruy Santos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A votação do requerimento que acaba de ser lido será procedida neste instante, e terá início pela Câmara dos Deputados.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Passa-se à votação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em decorrência da aprovação do requerimento do Sr. Deputado Ruy Santos passaremos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

A votação do projeto terá início pela Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação, na qualidade de Vice-Líder, em exercício da Liderança.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Deputado Humberto Lucena.

#### O SR. RUY SANTOS:

— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado.

#### O SR. RUY SANTOS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que a verificação da votação, requerida pelo nobre Deputado Humberto Lucena, seja feita por chamada nominal.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A Presidência atenderá a solicitação do nobre Deputado Ruy Santos.

Vai-se proceder à chamada, de Sul para Norte. Voltará, inicialmente, o Líder do Governo.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Acre:

Altino Machado.  
Geraldo Mesquita.  
Jorge Kalume.  
Wanderley Dantas.

Amazonas:

Abraão Sabbá.  
Antunes de Oliveira — (23-4-66).  
José Esteves.  
Paulo Coelho.  
Wilson Calmon — (3-3-66).

Pará:

Armando Corrêa.  
Carvalho da Silva — (4-12-65).  
Lopo Castro.

Stello Maroja.  
Waldemar Guimarães.

Maranhão:

Alexandre Costa.  
Clodomir Milhet.  
Henrique La Rocque.  
Ivar Saldanha.  
Joel Barbosa.  
José Burnett.  
José Sarney.  
Matos Carvalho.

Flaui:

Ezequias Costa.  
Gayoso e Almendra.  
Heitor Cavalcanti.

Ceará:

Eulides Wicar.  
Flávio Marçilio.  
Leão Sampaio.  
Perilo Teixeira — (10-11-65).  
Paulo Sarasate.  
Ubirajara Ceará — (28-12-65).  
Ossian Araripe.

Rio Grande do Norte.

Aluísio Bezerra.  
Djalma Marinho.  
Jessé Freire.

Paraíba:

Humberto Lucena.  
Raul de Goes.

Pernambuco:

Aderbal Jurema.  
Alde Sampaio.  
Arruda Câmara.  
Augusto Neves.  
Aurino Vais.  
Costa Cavalcanti.  
Geraldo Guadés.  
José Carlos Guerra.  
Magalhães Melo.  
Milvernes Lima.  
Nilo Coelho.  
Tabosa de Almeida.

Alagoas:

Aloysio Nêto.  
Medeiros Neto.  
Oceano Carneal.  
Oséas Cardoso.  
Pereira Lúcio.

Serripe:

Arnaldo Garcez.  
Lourival Batista.  
Machado Rollemberg.

Bahia:

Aloysio Short.  
Antonio Carlos Magalhães.  
Cícero Dantas.  
Edvaldo Flores — (4-12-65).  
Heitor Dias.  
João Alves.  
Josaphat Azevedo.  
Luna Freire.  
Manoel Novas.  
Manso Cabral.  
Necy Novas.  
Oscar Cardoso.  
Raimundo Brito.  
Regis Pacheco.  
Ruy Santos.  
Teófilo de Albuquerque.  
Tourinho Dantas.  
Wilson Falcão.

Espírito Santo:

Dircêu Cardoso.  
Dulcino Monteiro.  
Gil Veloso.

Oswaldo Zanello.

Rio de Janeiro:

Adolpho Oliveira.  
Dado Coimbra.  
Edesio Nunes.  
Geremias Fontes.  
Heli Ribeiro.  
Raymundo Padilha.

Guanabara:  
Adauto Cardoso.  
Cardoso de Menezes.  
Chagas Freitas.  
Eurico Oliveira.

Minas Gerais:

Abel Rafael.  
Antonio Luciano.  
Aquilino Diniz.  
Benedito Gonçalves.  
Bilac Pinto.  
Celso Murt.  
Celso Passos.  
Cyro Maciel.  
Dnar Mendes.  
Elias Carmo.  
Francelino Pereira.  
Geraldo Freire.  
Guilhermino de Oliveira.  
Horácio Bethônico.  
Jaeder Albergaria.  
José Bonifácio — (S. E.).  
José Humberto.  
Leopoldo Maciel — (S. E.).  
Mancel Taveira.  
Nogueira de Rezende.  
Ormeo Botelho.  
Ozanam Coelho.  
Padre Nobre.  
Padre Vidigal.  
Pais de Almeida.  
Paulo Freire.  
Pedro Aleixo.  
Renato Azeredo.  
Simão da Cunha.  
Ultimo de Carvalho.

São Paulo:

Adrião Bernardes.  
Afrânio de Oliveira.  
Antonio de Barros.  
Antonio Feliciano.  
Athie Coury.  
Campos Vergal.  
Carvalho Sobrinho.  
Celso Amaral.  
Condeixa Filho — (S. E.).  
Dias Menezes.  
Derville Alegratti.  
Ewaldo Pinto.  
Hary Normaton.  
Hamilton Prado.  
Henrique Turner.  
José Menck.  
Lacôrte Vitale.  
Lauro Cruz.  
Mário Covas.  
Paulo Lauro — (1-12-65).  
Pedroso Júnior.  
Pinheiro Brisolia.  
Plínio Saigado.  
Sussuu Hirata.  
Ulysses Guimarães.  
Yulishigue Tamira.

Goiás:

Anísio Rocha.  
Celestino Filho.  
Jaies Machado.  
Ludovico de Almeida.  
Rezende Monteiro.  
Lisboa Machado.

Mato Grosso:

Philadelpho Garcia.  
Ponce de Arruda.  
Rachid Mamed.  
Saldanha Derzi.

Paraná:

Accioly Filho.  
Antonio Annibelli.  
Antônio Baby.  
Braga Ramos.  
Elias Nacle.  
Emílio Gomes.  
Fernando Gama.  
Hermes Macedo.  
Ivan Luz.  
João Ribeiro.  
Jorge Curi.  
José Richa.  
Mário Gomes.  
Miguel Buffara.  
Minoru Miyamoto.  
Plínio Costa.  
Rafael Rezende.  
Renato Celidônio.

Wilson Chedid.  
Zacarias Seleme.

Santa Catarina:

Aroldo Carvalho.  
Carneiro de Loyola.  
Laerte Vieira.  
Pedro Zimmermann.

Rio Grande do Sul:

Afonso Anschau.  
Brito Velho.  
Clovis Pestana.  
Croacy de Oliveira.  
Euclides Triches.  
Jose Mandelli.  
Marcial Terra.  
Norberto Schmidt.  
Osmar Grafuinha.  
Peracchi Barcelos.  
Raul Pila.  
Ruben Alves.  
Tarso Dutra.

Rondônia:

Hegel Morhy.

RESPONDERAM "NAO" OS SENHORES DEPUTADOS.

Acre:

Mário Maia.

Amazonas:

José Esteves.

Pará:

Burlamaqui de Miranda.  
João Menezes.

Maranhão:

Luiz Coelho.  
Pedro Braga.  
Renato Archer.

Piauí:

Chagas Rodrigues.  
Dyrnos Pires.  
João Mendes Olimpio.  
Moura Santos.

Ceará:

Alfredo Barreira.  
Alvaro Lins.  
Dager Serra — (11-3-66).  
Edilson Melo Távora.  
Francisco Adeodato.  
Furtado Leite.  
Lourengo Colares — (10-12-65).  
Martins Rodrigues.  
Oziris Pontes.  
Paes de Andrade.  
Ossian Araripe.

Rio Grande do Norte:

Clovis Motta.  
Jesse Freire.  
Odilon Ribeiro Coutinho.  
Vingt Rosado.

Paraíba:

Arnaldo Lafayette.  
Humberto Lucena.  
Jandui Carneiro.  
João Fernandes.  
Luiz Bronzeado.  
Plínio Lemos.

Pernambuco:

Andrade Lima Filho.  
Clodomir Leite.  
Oswaldo Lima Filho.  
Souto Maior.

Alagoas:

Abraão Moura.  
Ary Pitombo.

Sergipe:

Jose Carlos Teixeira.  
Walter Batista.

Bahia:

Aloisio de Castro.  
Clemens Sampaio.  
Edgard Pereira.  
Hermagenes Principe.  
Mario Piva.

Nonato Marques.  
Oliveira Brito.  
Oscar Cardoso.  
Pedro Catalão.  
Regis Pacheco.  
Vasco Filho.  
Vieira de Melo.

Espirito Santo:

Argilano Dario.

Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes — (25-3-66).  
Adolpho Oliveira.  
Afonso Celso.  
Ario Teodoro.  
Bernardo Bello.  
Edésio Nunes.  
Glênio Martins.  
Josemaria Ribeiro.  
Roberto Saturnino.

Guanabara:

Afonso Arinos Filho.  
Baeta Neves.  
Benjamin Farah.  
Breno da Silveira.  
Nelson Carneiro.  
Waldir Simões.

Minas Gerais:

Carlos Murilo.  
Tancredo Neves.

São Paulo:

Franco Montoro.  
Germinal Feijo.  
Heicio Magnenzani.  
Ivete Vargas.  
José Barbosa.  
Pacheco Chaves.  
Ranieri Mazzilli.  
Teófilo Andrade.  
Tufy Nassif.

Goiás:

Benedito Vaz.  
Castro Costa.  
Emival Caiado.  
Geraldo de Pina.  
Peixoto de Oliveira.

Paraná:

Lyrio Bertolli.

Santa Catarina:

Antônio Almeida.  
Orlando Bertoli.  
Osni Regis.  
Paulo Macarini.

Rio Grande do Sul:

Antônio Bresolin.  
Cesar Prieto.  
Floriano Paixão.  
Giordano Alves.  
Jairo Brum.  
Matheus Schmidt.  
Oscar Grafuinha.  
Unirio Machado.  
Zaire Nunes.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vou anunciar o resultado da verificação da votação. Votaram pela aprovação do projeto, 195 Srs. Deputados; votaram pela rejeição do projeto 97 Srs. Deputados. Está aprovado o projeto, na Câmara dos Deputados.

Em votação o projeto no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o projeto, no Senado Federal.

Em consequência, fica prejudicado o substitutivo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vai-se passar à votação dos requerimentos de destaque, dando o primeiro deles de autoria do Sr. Deputado Vasco Filho, que pede destaque para discussão e votação da Emenda nº 4, do Senhor Deputado Antônio Bresolin, que soli-

cita destaque para as Emendas números 6 e 7; do Sr. Deputado Arnaldo Lafayette, que pede destaque para a Emenda nº 10; do Sr. Deputado Humberto Lucena, que solicita destaque para as Emendas números 15 e 18.

Há também requerimento do Sr. Deputado Ruy Santos, no sentido de que a votação dos requerimentos de destaque seja feita em globo.

Vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento Nº 2

Na forma regimental, requero destaque para discussão e votação da Emenda nº 4, oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1965, de minha autoria. Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Vasco Filho.

Requerimento Nº 3

Na forma regimental, solicito destaque para a Emenda nº 6. Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Antônio Bresolin.

Requerimento Nº 4

Requero destaque para a Emenda nº 10, e respectiva Subemenda. Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Arnaldo Lafayette.

Requerimento Nº 5

Na forma regimental, solicito destaque para a Emenda nº 7. Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Antônio Bresolin.

Requerimento Nº 6

Requero destaque para a discussão e votação das Emendas de números 15 e 18, ao Projeto de Lei nº 14, de 1965 (CN). Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Humberto Lucena.

Requerimento Nº 7

Requero sejam votados em globo os requerimentos de destaque. Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento número 7, do Senhor Deputado Ruy Santos, no sentido de que a votação dos requerimentos de destaque seja feita em globo.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento, na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento no Senado Federal.

Em consequência, passa-se à votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados.

O SR. HUMBERTO LUCENA:

Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, sei que não há possibilidade de aprovação das emendas, porque a orientação do nobre Líder do Governo é no sentido de rejeitá-las.

Regimentalmente, encontramos impedidos de solicitar nova verificação, mas desejo declarar que as emendas para as quais requeri destaque

visaram apenas, no que diz respeito a uma verba global destinada no pro-cruzeiros, para o DNOCS e todo o Nordeste brasileiro, destinar a importância de 600 milhões de cruzeiros para o prosseguimento da construção da Barragem de Curumã, que regulariza o Rio Paraíba, no meu Estado. (Muito bem.)

O SR. ANTONIO BRESOLIN:

Senhor Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação das emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esclareço ao nobre Deputado Antônio Bresolin que, nesta fase dos trabalhos, não há encaminhamento da votação. A palavra foi dada ao nobre Deputado Humberto Lucena, por equívoco.

Em votação, em globo, os requerimentos de destaque, na Câmara dos Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam os requerimentos de destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitados.

Em votação, no Senado Federal.

Os Srs. Deputados que as aprovam os requerimentos de destaque, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitados.

Passamos, agora, à votação das emendas com pareceres favoráveis e que são as de números 4, 6, 7, 8 e 15.

Em votação, na Câmara dos Deputados.

Os Senhores Deputados que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitadas.

Em votação, na Câmara dos Deputados, as emendas de pareceres contrários e que são as de números 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 21 e 33.

Os Senhores Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitadas.

Em votação, na Câmara dos Deputados, as emendas que receberam subemendas e que são as de números 17, 18, 19 e 20.

Os Senhores Deputados que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Estão rejeitadas.

O projeto vai à sanção.

Sobre a mesa, declaração de voto do nobre Deputado Teófilo de Andrade, que vai à publicação.

E lida a seguinte

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contrariamente ao projeto por entender que o Substitutivo o melhorava. Apenas por isso.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1965. — Teófilo de Andrade.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Lembro aos Senhores Congressistas que hoje, às 21 horas e 30 minutos, haverá reunião do Congresso para a continuação da votação do projeto de reforma tributária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 10 minutos.)

# ATA DA 120ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1965

**PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.**

As 21 horas e 30 minutos  
Acham-se presentes os Senhores

## Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimard  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Cattete Pinheiro  
Moura Falha  
Eugênio Barros  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Joaquim Parente  
José Cândido  
Sigefredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dix-Huit Rosado  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gurgel  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
João Agripino  
Barros Carvalho  
Pessoa de Queiroz  
Silvestre Péricles  
Lui Palmeira  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
José Leite  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Miguel Couto  
Vasconcelos Torres  
Afonso Arinos  
Aurélio Viana  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Lopes da Costa  
Filinto Müller  
Bezerra Neto  
Irineu Borhausen  
Antônio Carlos  
Guido Mondin  
Daniel Krieger — 52

## E os Srs. Deputados:

### Acre

Armando Leite  
Geraldo Mesquita  
Jorge Kalume  
Mário Maia  
Rui Lino  
Wanderley Dantas

### Amazonas

Abrahão Sabbá  
Antunes de Oliveira  
Djalma Passos  
José Esteves  
Leopoldo Peres  
Paulo Coelho  
Wilson Calmon (3-3-66)

### Pará

Armando Corrêa  
Buramaqui de Miranda  
Carvalho da Silva (4-12-65)  
João Menezes  
Lopo Castro  
Stélio Maroja  
Waldemar Guimarães

### Maranhão

Alexandre Costa  
Cid Carvalho  
Clodomir Millet  
Eurico Ribeiro  
Henrique Da Rocque  
Ivar Saldanha  
Joel Barbosa  
José Burnett

José Sarney  
Lister Caldas  
Luiz Coelho  
Mattos Carvalho  
Pedro Braga  
Renato Archer

### Piauí

Chagas Rodrigues  
Ezequias Costa  
Gayoso e Almendra  
Heitor Cavalcanti  
João Mendes Olimpio  
Moura Santos  
Souza Santos

### Ceará

Alfredo Barreira (22-11-65)  
Alvaro Lins  
Dager Serra (11-3-66)  
Edilson Melo Távora  
Esmerino Arruda  
Euclides Wicar  
Flávio Marcílio  
Francisco Adeodato  
Furtado Leite  
Leão Sampaio  
Lourenço Colares (10-12-65)  
Martins Rodrigues  
Oziris Pontes  
Perilo Teixeira (19-11-65)  
Paes de Andrade  
Paulo Sarasate  
Ubirajara Ceará (28-12-65)  
Ossian Araripe

### Rio Grande do Norte

Aluisio Bezerra  
Clóvis Motta  
Djalma Marinho  
Odilon Ribeiro Coutinho  
Vingt Rosado

### Paraíba

Arnaldo Lafayette  
Flaviano Ribeiro  
Humberto Lucena  
Jandui Carneiro  
João Fernandes  
Luiz Bronzeado  
Plínio Lemos  
Teotônio Neto

### Pernambuco

Aderbal Jurema  
Alde Sampaio  
Andrade Lima Filho  
Arruda Câmara  
Augusto Novaes  
Aurino Valois  
Bezerra Leite  
Clodomir Leite  
Costa Cavalcanti  
Geraldo Guedes  
José Carlos Guerra  
Luiz Pereira  
Magalhães Melo  
Milvernes Lima  
Nilo Coelho  
Oswaldo Lima Filho  
Souto Maior  
Tabosa de Almeida

### Alagoas

Abrahão Moura  
Aloysio Nonô  
Ary Pitombo  
Medeiros Neto  
Oceano Carleial  
Oséas Cardoso  
Pereira Lúcio  
Segismundo Andrade

### Sergipe

Arnaldo Garcez  
José Carlos Teixeira  
Lourival Batista  
Machado Rollemberg  
Walter Batista

### Bahia

Aloysio Short (4-12-65)  
Antônio Carlos Mag  
Aloisio de Castro  
Clemens Sampaio  
Cícero Dantas  
Edgard Pereira  
Edvaldo Flores (4-12-65)  
Gastão Pedreira  
Heitor Dias

Henrique Lima  
João Alves  
Josaphat Azevedo  
Luna Freire  
Manoel Novaes  
Mario Piva  
Necy Novaes  
Nonato Marques  
Oliveira Brito  
Oscar Cardoso  
Pedro Catalão  
Raimundo Brito  
Régis Pacheco  
Ruy Santos  
Teódulo de Albuquerque  
Tourinho Dantas  
Vasco Filho  
Vieira de Melo  
Wilson Falcão

### Espírito Santo

Argilano Dario  
Dirceu Cardoso  
Dulcino Monteiro  
Floriano Rubin  
Gil Veloso  
Oswaldo Zanelli  
Raymundo de Andrade

### Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes (25-3-66)  
Adolpho Oliveira  
Afonso Celso  
Ario Teodoro  
Bernardo Bello  
Carlos Werneck  
Dado Coimbra  
Edésio Nunes  
Geremias Fontes  
Heli Ribeiro  
Jorge Said-Cury (4-12-65)  
Raymundo Padilha  
Roberto Saturnino

### Guanabara

Adauto Cardoso  
Afonso Arinos Filho (M.E.)  
Arnaldo Nogueira  
Aureo Melo  
Baeta Neves  
Benjamin Farah  
Breno da Silveira  
Cardoso de Menezes  
Chagas Freitas  
Eurico Oliveira  
Expedito Rodrigues  
Nelson Carneiro  
Waldir Simes

### Minas Gerais

Abel Rafael  
Aécio Cunha  
Aminas de Barros  
Bento Gonçalves  
Bilac Pinto  
Carlos Murilo  
Celso Murta  
Celso Passos  
Cyro Maciel (S.E.)  
Dnar Mendes  
Elias Carmo  
Francelino Pereira  
Geraldo Freire  
Guilhermino de Oliveira  
Horácio Bethônico  
Jaeder Albergaria  
João Hercúlio  
José Bonifácio  
José Humberto (S.E.)  
Manoel Taveira  
Milton Reis  
Nogueira de Rezende  
Ormeo Botelho  
Ovidio de Abreu  
Ozanam Coelho  
Padre Nobre  
Padre Vidigal  
Paulo Freire  
Pedro Aleixo  
Pinheiro Chagas  
Renato Azeredo  
Simão da Cunha  
Tancredo Neves  
Último de Carvalho  
Walter Passos

### São Paulo

Adrião Bernardes  
Afrânio de Oliveira  
Alceu de Carvalho

Amaral Furlan  
Anis Badra  
Antônio Feliciano  
Athiê Coury  
Batista Ramos  
Campos Veral  
Carvalho Sobrinho  
Celso Amaral  
Condeixa Filho (S.E.)  
Dias Menezes  
Derville Alegratti  
Ewaldto Pinto  
Franco Montoro  
Germinal Feijó  
Harry Normaton  
Hamilton Prado  
Hélio Maghenzani  
Henrique Turner  
Italo Fittipaldi (S.E.)  
Ivete Vargas  
José Barbosa  
José Menck  
José Resegue  
Lauro Cruz  
Luiz Francisco  
Mário Covas  
Maurício Goulart  
Nicolau Tuma  
Pacheco Chaves  
Paulo Lauro (1-12-64)  
Pedroso Júnior  
Pinheiro Brisolla  
Plínio Salgado  
Sussumu Hirata  
Teófilo Andrade  
Tufy Nassif  
Ulysses Guimarães  
Yukishigue Tamura

### Goias

Benedito Vaz  
Castro Costa  
Celestino Filho  
Emival Caiaado  
Geraldo de Pina  
Haroldo Duarte  
Jales Machado  
José Freire  
Ludovico de Almeida  
Peixoto da Silveira  
Rezende Monteiro  
Lisboa Machado

### Mato Grosso

Corrêa da Costa  
Edison Garcia  
Miguel Marcondes  
Philadelpho Garcia  
Ponce de Arruda  
Rachid Mamed  
Saldanha Derzi  
Wilson Martins

### Paraná

Accioly Filho  
Antônio Annbelli  
Antônio Baby  
Braga Ramos  
Elias Nacle  
Emílio Gomes  
Fernando Gama  
Hermes Macedo  
Ivan Luz  
João Ribeiro  
Jorge Curi  
José Richa  
Lyrio Bertolli  
Maia Neto  
Mario Gomes  
Miguel Buffara  
Minoru Miyamoto  
Plínio Costa  
Rafael Rezende  
Renato Celidônio  
Wilson Chedid  
Zacarias Seleme

### Santa Catarina

Albino Zeni  
Antônio Almeida  
Aroldo Carvalho  
Carneiro de Loyola  
Dionício de Freitas  
Laerte Vieira  
Orlando Bertoli  
Osni Régis  
Paulo Macarini  
Pedro Zimmermann

## Rio Grande do Sul

Adílio Viana  
Afonso Anselmo  
Antônio Bresolin  
Ary Alcântara  
Brito Velho  
Cesar Prieto  
Cid Furtado  
Clóvis Pestana  
Crocley de Oliveira  
Educlides Triches  
Floriano Palácio  
Giordano Alves  
Jairo Brum  
José Mandelli  
Lino Braun  
Luciano Machado  
Marcelo Terra (M.E.)  
Matheus Schmidt  
Milton Cassel (S.E.)  
Norberto Schmidt  
Osmar Grafulha  
Peracchi Barcelos  
Raul Pila  
Ruben Alves  
Tasso Dutra  
Ubirio Machado  
Victor Issler  
Zaire Nunes

Rondônia

Hegel Morhy

Roraima

Francisco Elestão — 322

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 322 Srs. Deputados, num total de 374 Srs. Congressistas.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 322 Srs. Deputados. Acham-se na Casa 374 Srs. Congressistas. Há número regimental. Está aberta a sessão.

O Sr. 2º Secretário irá proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

(O Sr. Secretário lê a Ata)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está em discussão a ata. (Pausa.) Encerrada.

Em votação. Os Srs. Congressistas que a aprovam queiram conservar-se como se acham. (Pausa.) Aprovada.

Não há expediente a ser lido. Passa-se à matéria constante da Ordem do Dia: continuação da votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o sistema tributário nacional.

Na sessão de ontem, teve início a votação, em primeiro turno. No Senado foram aprovados: o projeto a emenda nº 4 a emenda nº 7 a emenda nº 11 em seu parágrafo segundo, Art. 7º a emenda nº 12, em sua primeira parte, Art. 9º a emenda nº 16, em sua primeira e terceira partes, Art. 12, a emenda nº 22, a emenda nº 26, a emenda nº 27, a emenda nº 28 e mais as emendas ns. 18 e nº 10.

Passando-se à votação na Câmara, não se verificou número, ao serem colhidos os votos relativos à matéria englobada em votação. Deve, portanto, hoje, ser renovada a votação na Câmara.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Aleixo.

## O SR. PEDRO ALEIXO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, peço a palavra, nesta hora, para fazer aos

meus eminentes colegas uma comunicação. Tenhor, desde hoje pela manhã, procurando vários dos nossos companheiros, a fim de solicitar-lhes prestígio com seu voto uma solução que, parece-me, poderá ser dada em face de divergências suscitadas perante a emenda constitucional ora em votação.

Estudando a matéria, verificamos que mesmo aqueles que mais intrinsecamente se colocam contra o novo sistema de distribuição — rendas entre a União, os Estados e os Municípios, reconhecem que a emenda enviada pelo Poder Executivo contém inovações dignas do maior apreço.

Como se sabe, pretende-se profunda transformação, em matéria fiscal. Pela primeira vez, podemos dizer, há uma preocupação de ordem científica. Ao invés de se fazer a distribuição empiricamente, como sempre tem ocorrido, busca-se uma solução que congregue, associe todos os esforços, no sentido da melhor, mais cômoda e mais barata arrecadação. As divergências surgem, entretanto, sempre que se procura estudar a situação de cada Estado, em face das consequências da aprovação da emenda.

Em relação aos municípios, de modo geral, reconhecem todos conter a emenda, de fato, o mais seguro, o mais exato e o mais benéfico tratamento.

Quanto aos Estados, porém, há quem considere que a simples substituição do imposto de vendas e consignações por outro tipo de imposto trará imensos embarços e uma admissível queda na arrecadação. De outra parte a supressão do imposto de importação, relativamente a determinadas unidades da Federação, importará em redução sensível na receita.

De qualquer modo, Sr. Presidente, é fora de dúvida que, contendo a emenda trechos dignos de aprovação, segundo os melhores censores do documento de reforma do sistema tributário do País, e havendo trechos realmente passíveis de modificações, em virtude de uma legislação complementar, mas existindo outros que estão reclamando supressão para uma substituição, interessante seria se encontrasse uma fórmula pela qual o útil não viesse a inútil e a parte aproveitável pudesse ser desde logo aprovada, asseguradas as alterações na parte ratificável.

Assim, creio, Sr. Presidente, que se, nesta Casa, na Câmara dos Deputados pudermos alcançar neste turno, uma votação que nos permita atingir o segundo turno, teremos criado uma oportunidade de fazer a modificação conveniente e aproveitar daquilo que, segundo entendimento geral, merece realmente ser aproveitado.

Como sabem os eminentes colegas, as modificações constantes dos dispositivos legais sobre o processo da emenda à Constituição estabelecem hoje que, para poder uma emenda ser dada como aceita, é necessário receber em ambas as Casas do Congresso Nacional uma votação da maioria absoluta, em dois turnos. Essa votação, todavia, deve ser feita na mesma sessão legislativa.

Para maior facilidade e segurança do entendimento que estamos pretendendo, verificamos que a presente sessão legislativa deverá terminar no dia 1º de dezembro. Portanto, se nesta sessão legislativa, ainda que aprovada a emenda em primeiro turno, ela não puder ser votada em segundo turno, estará definitivamente prejudicada. O voto dado, agora, em primeiro turno, não significa se cria uma oportunidade por tempo indefinido, para aprovação da mesma emenda em segundo turno. Vale dizer, não sendo possível o entendimento que projetamos seja feito, a emenda estará sacrificada e os votos que a apoiarem agora não serão computados para que ela possa predominar em

nossa legislação, salvo modificações aceitáveis.

Nestas condições, com esta explicação, acredito possamos hoje votar em primeiro turno a matéria e, depois, abrir um prazo, que V. Exa. com sua clarividente experiência, dirá qual pode ser, a fim de que entendimentos se realizem no sentido de introduzir em nosso Direito Constitucional a profunda modificação que a emenda proposta oferece e sustenta.

São estas considerações que submeto à apreciação dos meus eminentes colegas, e estou certo de que, patrioticamente, cada qual as examinará, no sentido de obtermos a melhor solução para o caso. (Muito bem.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Deputado Pacheco Chaves.

## O SR. PACHECO CHAVES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ouvi com atenção as palavras do nobre líder Pedro Aleixo, que, aliás, consubstancia conversações mantidas hoje em torno do assunto. As divergências entre aqueles que não aprovam a emenda constitucional e os que a aprovam são fundamentais e atingem a própria estrutura da matéria proposta à apreciação da Casa.

Apesar de reconhecermos a dedicação com que foi debatida e estudada o assunto pelos setores competentes do Ministério da Fazenda, não podemos concordar com a proposição.

Estamos prontos, evidentemente, a abrir mão de pontos de vista já assentes entre nós e que poderiam ser motivo de entendimento. Gostariamos mesmo que um estudo de profundidade, sobre a nomenclatura, a distribuição desses impostos e a própria discriminação de rendas entre a União, os Estados e os Municípios, pudesse ser aprovado no Congresso para, assim, resolver este problema nacional, que sentimos em toda a sua acuidade.

Entretanto, indagaria de V. Exa. Sr. Presidente, se aquela matéria já votada em segunda discussão, sobretudo depois de aceita na Câmara como texto definitivo.

O Sr. Pedro Aleixo — Permita V. Exa. a seguinte ponderação: não proponho qualquer modificação nesse texto, porque isto é realmente impossível. Sugiro que no tocante àquela parte da emenda que estiver na dependência da legislação complementar e que, no entendimento das várias correntes, puder ser realmente regulada de modo a atender em todas as exigências hoje em antagonismo, isso se faça por meio de legislação complementar. A outra parte, que for considerada intolerável, somente poderá ser votada por meio de conciliação, mediante destaques, para sua supressão. Portanto não se modifique uma vírgula do texto; apenas se vote o que for aproveitável e o que for considerado insuscetível de conciliação será objeto de requerimento de destaque, para ser suprimido. Este o meu ponto de vista.

O SR. PACHECO CHAVES — Teríamos, então, de votar agora a proposição, salvo destaques. Mas, indagaria da Mesa: Se aprovarmos já a proposição, tal como foi votada no Senado, poderiam ser apresentados em destaques com fins expressivos?

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Mesa informa: a Câmara pode, em primeiro turno, aceitar ou não a matéria aprovada pelo Senado. Pode aceitá-la ou deixar de aceitá-la totalmente e pode deixar de aceitá-la parcialmente.

Pode, portanto, extrair trechos, palavras ou artigos da matéria aprovada na outra Casa.

O que ela não poderá, em primeiro turno, é acrescentar, ou modificar aquilo que foi votado no Senado Federal.

Em segundo turno, o Senado poderá aceitar ou deixar de aceitar, totalmente, a emenda votada pela Câmara. Poderá, entretanto, aceitá-la parcialmente, retirando do texto determinadas passagens, a Câmara, no segundo turno, poderá aceitar a matéria, tal como foi votada pelo Senado, ou deixar de aceitá-la, na sua totalidade ou parcialmente. Assim, tanto em primeiro turno como em segundo, no Senado como na Câmara, podem existir requerimentos de destaque para supressão que não impliquem em modificação. Também não se aceitam requerimentos de acréscimo aquilo que foi votado na outra Casa. Esta é a informação que dou à indagação do nobre Deputado Pacheco Chaves.

Quanto à comunicação feita à Presidência e à Casa pelo Sr. Deputado Pedro Aleixo, a Presidência viu nela, não a revelação de um entendimento em torno da matéria, mas sim, de uma proposta que formulou aos que estão em sentido contrário à sua aprovação.

Esta proposta S. Exa. considera como tendo sido aceita se, porventura, vier a ser aprovada. Diz o Sr. Deputado Pedro Aleixo que, aprovado o projeto em primeiro turno pela Câmara, S. Exa. se comprometeria a dar um entendimento com as partes a fim de, através de supressões, encontrar um termo de compreensão para a aprovação em segundo turno. E disse mais, que, para maior garantia, sugeria mesmo fosse marcada a votação de segundo turno para o último dia da sessão legislativa.

Informa a Presidência que, realmente, se esta proposição não for votada até o último dia da sessão legislativa, estará arquivada por força do que dispõe a Constituição e do que reitera o Ato Institucional § 2º, art. 2º, onde está escrito que se dará por aceita a emenda aprovada em dois turnos na mesma sessão legislativa.

Esta sessão legislativa termina a 1º de dezembro. Assim sendo, a Presidência adotará a seguinte orientação. Se, votado o projeto, ele for aprovado, a Presidência passará a entender que ele o foi em virtude da aceitação da proposta formulada pelo Sr. Deputado Pedro Aleixo e, em consequência, marcará o segundo turno para o dia 1º de dezembro, último da sessão legislativa.

Vai, pois, a Câmara dos Deputados passar à votação. Antes, todavia, tem a palavra o nobre Senador João Agripino.

## O SR. JOÃO AGRIPINO:

Encaminhamento da votação — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu gostaria de, nesta oportunidade, poder ajudar ao meu líder na Câmara, o Deputado Pedro Aleixo. S. Exa. propõe se vote, em primeiro turno, o projeto, para que se verifique a possibilidade de um entendimento por ocasião do segundo turno.

Creio, Sr. Presidente, que não existe a menor possibilidade de entendimento, em razão deste projeto, para torná-lo menos nocivo aos Estados e Municípios. Isso só seria possível se, no segundo turno, pudesse correr apresentação de emendas. Dada essa impossibilidade, a única coisa que se pode fazer é suprimir do texto do projeto o dispositivo; mas a supressão não resolve.

Veja V. Exa. o mecanismo para se pagar aos Estados e Municípios as quotas dos impostos de consumo e de renda. A Constituição atual estabelece que o primeiro deles deve ser pago no primeiro trimestre do ano e o segundo, no segundo trimestre. Nunca o Governo respeitou isso. Jamais o Ministério da Fazenda cumpriu esse dispositivo constitucional; às vezes paga



mensalmente; outras, atrasa e paga no fim do ano. O dispositivo que consta no projeto estabelece que essas parcelas para constituição do Fundo de Participação serão depositadas mensalmente, em conta no Banco do Brasil para distribuição no primeiro trimestre, de cada exercício financeiro. Ora, se devem ser distribuídas mensalmente, não podem ser pagas no primeiro trimestre. Porque, para o primeiro trimestre, apenas tem três meses depositado. E o restante do ano quando será então, no primeiro trimestre seguinte?

O Sr. Raimundo Padilha — Permite-me V. Ex. um aparte. Pela primeira vez introduzimos no País a regra da mensalidade, em lugar da anuidade. Eis aí a primeira originalidade do sistema. A distribuição é feita automaticamente, porque também pela primeira vez tributos destinados aos municípios e aos Estados não constam na receita da União e, como tal, não são inscritos no Orçamento Federal. Consequentemente, os 80% são depositados automaticamente e os demais 20% são os elementos à nossa disposição, legisladores que somos, para disciplinar a sua aplicação na forma da lei complementar e da resolução do Senado. E o dinheiro já lá está. Pela primeira vez na história do Brasil, se faz isto. Desde 1291, desde que existe esta disponibilidade, débito é feito à medida que V. Exa. e nós, neste Parlamento, criteriosamente estudando o assunto, através das informações que venham dos Municípios e dos Estados, em conexão aos serviços respectivos da União. Sabíamos, na base do critério que tivemos instituído, como distribuir o bolo, como distribuir os totais. O dinheiro já está lá em existência física, através do crédito irrevogável, porque consta da Constituição.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Sr. Presidente, vejo que são boas as intenções do Ilustre Deputado Raimundo Padilha, mas impraticáveis. Em primeiro lugar, não é primeira vez que se institui no País o pagamento automático. Já existe lei que, em relação ao imposto de combustíveis, determina seja ele recolhido ao Banco do Brasil, em conta do DNER, para fundo de pavimentação. Isto é possível, porque são poucas as empresas devedoras que recolhem diretamente ao Banco do Brasil, sem que passe pelo Tesouro. Em relação ao projeto, isto não pode acontecer, porque são milhares de contribuintes de imposto de renda e de imposto de consumo que recolhem às coletorias, às agências arrecadoras. E quando vão recolher, não o fazem apenas com relação aos 80% da União, mas sim, os 100%. Portanto, os coletoristas, como disse o Deputado Raimundo Padilha, irão ficar com aqueles 20% para distribuição conforme a lei estabelecer.

Acontece que isto não é praticável, porque no Município de São Paulo o recolhimento pode ser muito superior à quota que lhe coube. Então, deve haver uma redistribuição para outros Municípios de Cochichelo, a arrecadação pode ser um décimo do que coube aquele Município.

O Sr. Raimundo Padilha — (V. Exa. faz cautela).

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Lembro ao nobre Deputado que o orador não pode ser apertado.

O SR. JOÃO AGRIPINO — É indispensável que as coletorias recolham todo esse dinheiro para que algum órgão o distribua. O projeto inicial do Governo determinava fosse o Tribunal de Contas. Por isto, apresentei emenda no sentido de determinar que as coletorias, no ato de receber, deviam recolher os vinte por cento — na minha emenda trinta por cento — ao Banco do Brasil, à conta do Tribunal de Contas. Aí, sim, o Tribunal de Contas poderia fazer a distribuição. Ninguém imagine que ela pudesse ser feita mensalmente, ou no mês seguinte, porque, do momento em que a coletoria reco-

lhessa ao Banco do Brasil para o momento, em que o Tribunal de Contas tivesse notícia do recolhimento, decorreriam três ou quatro meses. O Brasil é muito grande, e as comunicações muito difíceis e precárias. De uma coletoria do interior do Amazonas não leva menos de um mês para chegar uma comunicação exata, precisa, por correspondência epistolar ao Tribunal, indicando quanto recolheu a cada uma das contas de fundo. De modo que, normalmente, ainda por minha emenda, os Estados e Municípios teriam um atraso de pelo menos quatro ou cinco meses por ano.

Ora, o projeto retira vários tributos dos Estados e, bem assim, dos Municípios. Para que V. Exa. tenha uma ideia dos riscos que esse projeto contém, basta dizer que se substitui o imposto de indústrias e profissões pela facilidade com que fica o Município de cobrar até 30% do imposto de vendas e consignações, que o Estado cobrava do Território ou Município. Mas o projeto isenta de tributos de vendas e consignações os artigos de primeira necessidade. São milhares de Municípios em que os estabelecimentos comerciais só vendem artigos de primeira necessidade, ou, então, álcool e fumo. Se o Estado não pode cobrar sobre esses artigos de primeira necessidade o imposto de vendas e consignações, o Município não tem sobre que cobrar os 30%. Então, vamos liquidar, de uma vez, milhares de Municípios. Dir-se-á que existe o imposto predial. Mas que imposto predial poderá haver num Município com 100, 200 ou 300 casas? Que capacidade produtiva tem a população desses Municípios?

Não vejo como corrigir através desse projeto. O pior é que tudo isso foi feito sem elementos de informação. Nem o Ministério da Fazenda, nem a Fundação Getúlio Vargas, nem o Conselho Nacional de Economia, nem a Comissão de Reforma Tributária, ninguém me pôde informar em que situação estavam os Municípios do Brasil neste particular do movimento comercial. Até mesmo as informações referentes à exportação eram imprecisas. No que diz respeito a vendas e consignações, apenas se tinha uma média tirada por alguns Estados, uma média de 3,5 operações de vendas e consignações, que o projeto reduziria a um. Então se permitia elevar a alíquota do imposto de circulação e se dava ao Senado o arbítrio de fixar esse imposto já agora adotado com o próprio nome de vendas e consignações, para mercadorias que transitassem de um Estado a outro.

Vem, então, o artifício: se o Estado fixar, digamos, em 15% a alíquota do imposto de vendas e consignações de mercadoria operada internamente, mas se o Senado fixar em 10% a que deva sair do Estado, haverá uma evasão natural de renda, o comerciante desejará fazer sair do Estado a sua mercadoria, porque paga menor tributo. E o Estado será levado a baixar sua alíquota interna. O Senado passa a legislar internamente, também por vias indiretas: a não ser que o Estado proibisse a saída, para efeito de assegurar o abastecimento interno, o que seria inconstitucional.

Não há como corrigir este projeto, tal como está, pela supressão de dispositivos, de frases, de artigos ou de parágrafos. Se a aprovação, em primeiro turno, fosse simplesmente para dar ao Governo a possibilidade de reexaminar o assunto e mandar outro projeto diferente, não haveria obstáculo algum, mas para a supressão de dispositivos, ou para uma composição, considero temerário, até porque pode haver uma composição que atenda a alguns Estados. Tal como está, este projeto teve a grande virtude de prejudicar, de uma vez, todos os Estados, grandes e pequenos. O perigo é uma composição que prejudique apenas os

pequenos, ou apenas os grandes, mas em que um grupo ou outro seja sacrificado. E o nosso interesse é que nenhum dos Estados deva ser sacrificado. Portanto, acho que o mal do projeto está em não ter sido devidamente estudado nem coletados os elementos indispensáveis à sua elaboração, com a segurança de que ele não constituiria uma experiência. Em verdade, ele está colocado como experiência, sem dúvida louvável, e é profundamente evoluído em termos técnicos de economia, mas não nos podemos arriscar a fazer experiências em dispositivos constitucionais, porque, uma vez adotadas, ainda que sejam nocivas, o Congresso não tem mais a iniciativa de modificá-las, se não por dois terços. E isso, jamais conseguiremos. Semente se o Poder Executivo decidir tomar a iniciativa de alterar isso seria possível.

Ocorre que, para a Fazenda Federal, o projeto é excelente. Pode ser péssimo para os Estados e Municípios. Sendo excelente para a Fazenda Federal, não é de se esperar que esta tome a iniciativa de modificar a Constituição para atender a determinadas soluções municipais ou estaduais. O que vai ocorrer — e agravar mais do que ocorre hoje — é que Estados e Municípios ficarão de chapéu na mão, pedindo a ajuda federal para sobreviver, porque, será retirada do Estado parte da sua renda tributária e não haverá compensação que lhe dê a segurança de receber sem que isso constitua um favor. Assim, não há como fugir o Estado dessa condição de mendicância.

Eis por que, Sr. Presidente, com profundo constrangimento, coloco-me contra o projeto. Avenas entendo que, rejeitado que seja, ou aprovado que seja, para não ser sequer votado em segundo turno, deve ter o Governo condições de estudar mais detalhadamente o projeto, coletando os elementos num município, pelo menos como amostra dos municípios pequenos, para que não se legisle pensando somente em São Paulo e Guanabara, onde, realmente, o município tem condições de recuperar o prejuízo com a elevação do imposto predial. Mas não tem 90%, ou 95% dos outros municípios do Brasil. E o Brasil não é só constituído de municípios como São Paulo e Guanabara, que podem recuperar o tributo perdido no predial. Os outros não têm predial para essa recuperação. Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, por exemplo, ainda têm alguma condição para esse fim. Os outros, nenhuma. Os do interior então, esses não têm nenhuma. Se não há arrecadação do Estado em vendas e consignações, aquela área territorial do município não tem como arrecadar, sobretudo numa região em que a propriedade for subdividida e aproveitada, porque nem territorial haverá. E propósito da União isentar do imposto territorial, quando a propriedade estiver aproveitada. Só sobre latifúndio ou terra inaproveitada deverá o imposto incidir pesadamente.

Esta a situação criada pelo projeto, inadvertidamente, ou por pouco estudo. E nós, como responsáveis pela economia de nossos Estados e municípios, não podemos correr a aventura de votar isto, só porque tínhamos a informação de que o governo se dispôs a reexaminar a matéria, se não der certo.

Lamento, portanto, Sr. Presidente, discordar do meu Líder, mas peço a atenção da Casa para esta circunstância que parece da maior gravidade. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o relator, nobre Deputado Raimundo Padilha.

O SR. RAIMUNDO PADILHA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ouvi, como todos, atenta-

mente, a palavra do meu prezado amigo, o eminente Senador João Agripino que praticou vários pecados no exome deste assunto, nem todos veniais. Entre o que S. Exa. soube do projeto na fase primitiva e o que posteriormente ocorreu, mudaram as coisas, os tempos e as informações. Hít, de resto, na sua alocução a recidiva de trazer a debate matéria vendida, proscribida da argumentação, porque já fulminada na Casa, seja através de parecer, seja da tribuna, seja dos debates na Comissão respectiva. Há mais ainda: há o Senador João Agripino, que também está de acordo com o projeto, porque apresenta apenas nove emendas de forma, nenhuma de fundo, nenhuma de estrutura, nenhuma de doutrina, nenhuma de filosofia. Todas as emendas de S. Exa. são de discriminação de rendas — quase todas; de arrecadação, quase todas; de correção de alíquotas, quase todas. Sobre o que há de estrutural no projeto, nenhuma palavra.

Fiquei então convencido à distância de que, como o autor se revela através de sua obra, o que estava escrito era pensamento doutrinar por omisso. Vejo agora, com extraordinária surpresa, que o Senador João Agripino está contra o Senador João Agripino.

De resto, há outras contradições. S. Exa. vem afirmar que não dispõe o Governo de elemento de averiguação, de aferição para saber se esse imposto, aquela alíquota é suficiente, à mingua de dados estatísticos. Por falta desses dados, que seriam do seu conhecimento, sem dúvida, S. Exa. se arroja a fixar os estatísticos. Portanto, deve conhecê-los.

O Sr. João Agripino — V. Exa. não será capaz de dizer quanto o Estado arrecada em vendas e consignações, nos municípios pequenos.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Quando o Senador João Agripino manda substituir 80% por 70%, deve saber por que usa essa alíquota. Ele não o demonstra. Depois, quando, sentimentalmente, manda elevar a alíquota de 20 para 30 na contribuição devida aos Estados, é também uma atitude afetiva e sentimental, jamais uma atitude racional, baseada em estatística. Eu desejaria que S. Exa. informasse ao Governo, à Comissão que é detentor de dados que ele recusa, que ele admite que o Governo não possui. Logo, está agindo com o maior empirismo e com tentativa e erro o projeto realmente, sob certos aspectos, tem características de tentativa e experiência.

O Sr. João Agripino — V. Exa. é um homem exato. Pode dar uma informação?

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Vou ouvi-lo com a maior atenção.

O Sr. João Agripino — V. Exa. foge ao debate, porque não está seguro do que afirma. Gostaria que me informasse quanto o seu Estado arrecada, por município, com o imposto de vendas e consignações.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Há um desvio da questão, vem aí a paixão da afirmativa genérica. Diante desta Casa, com a respeitabilidade do seu nome, a respeitabilidade do Governador e Senador, além disto, de amigo do relator, que é um terceiro atributo, S. Exa. vem dizer que os Estados são pobres e sacrificados e os municípios idem, idem. É uma afirmação absolutamente gratuita, onerosa, sem nenhuma base nos fatos. Tem tanta base nos fatos como a alíquota de 70% do Senador João Agripino. Uma informação eu deixo escrita e consignada, incontestável aqui. Qual é ela? É de que atualmente os Estados recolhem não mais que 150 ou 160 bilhões, ou melhor, recolhem não, têm uma renda teórica, de origem federal, que não excede de 160 bilhões. Posso então dizer ao Senador João Agripino que, se numa renda estimada em três trilhões e duzentos bilhões de cruzei-

ros, na base de 20%, os Estados arrecadaram 640 bilhões de cruzeiros, é contestável esse algarismo? Na base de 1966, — estou-me referindo à estimativa de 1966 — teríamos 640 bilhões, dos quais 320 para o município e 320 para o Estado. Numa estimativa de três trilhões e 700 bilhões para ambos os impostos, o de renda e o de consumo, teríamos, não apenas 640 bilhões, mas 740 bilhões, que são os 30% sobre 3,7 trilhões. Então, já agora começamos a entrar no domínio dos fatos. Um dos Deputados desta Casa, dos mais lúcidos, que viu bem o problema, embora com toda a sua formação evolucionista, parece que vai votar contra o projeto, coisa que até agora não entendi! Não posso compreender como reformistas votam contra reformas! Homens progressistas, homens de formação esquerdista ou evolucionista votando contra um projeto profundamente reformista! Não entendi! Lançam-se promessas daquela tribuna. Disse um orador: "Este projeto é de uma estrutura de primeira ordem, excelente estrutura, vai satisfazer realmente os municípios."

Mas, por tudo isso, vou votar contra." Raciocinar por esta forma é, positivamente, fugir a um debate objetivo. E, então, entramos, não numa discussão técnico-econômica, mas em pleno passionalismo político. Não é o caso de V. Exa., sei bem disso.

O Sr. João Agripino — Obrigado a V. Exa.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Agora, afirmar, como foi dito aqui, que uma proposição do Governo está errada em aliquotas e corrigi-las mais noutra sentida, sem provar que a segunda aliquota é mais verdadeira do que a primeira, é fazer uma tentativa que me parece extremamente ousada, e esta ousadia praticou-a, com o seu talento habitual e com a capacidade que tem de convencer, o Senador João Agripino.

O Sr. João Agripino — Menos a V. Exa.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Ora, do estudo que foi feito em torno desta proposição, como, por exemplo, em relação ao problema da disponibilidade, o que é que o Senador João Agripino vem dizer a esta Casa? Vem dizer que é impossível fazer uma arrecadação em termos técnicos através das exatarias federais, estaduais ou municipais.

Admirável inovação deste projeto é precisamente ter transformado imposto nacional num imposto municipal e estadual. É precisamente, se se pode dizer, conferir caráter orgânico a determinado tipo de imposto, e nisto há uma transformação profunda de conceitos, de tal sorte que os impostos de renda e de consumo — este chamado hoje no projeto imposto sobre produto industrializado — não pertencem apenas ao Fisco federal; são também renda municipal e renda estadual. Pela primeira vez se faz isto no Brasil. Outra originalidade, ou, se quiserem, outra excentricidade do projeto: a União não inscreverá mais a parte destes impostos concernente aos Municípios e aos Estados como receita dela; as exatarias recebem e é feito o crédito imediato no Banco do Brasil.

E o que faz em seguida o projeto? Quero aqui responder às dúvidas prematuras do Sr. Senador João Agripino, que está discutindo o assunto ainda na sua fase preambular, antecipadamente, quando deveria aqui, promulgada esta emenda, discipliná-la, através de uma lei complementar, para o que não lhe falta talento e a experiência do homem que vive a realidade dos nossos municípios.

Neste ensejo, a lei complementar acudiria à inquietação do Senador João Agripino, criando as condições para o cumprimento daquele texto. E

para que isso não bastasse e não ficasse circunscrito a uma lei que poderia ser increpada de apenas normativa, ainda assim com caráter genérico, ter-se-ia então de atribuir a outro escalão. E este se poderia chamar quase executivo, que seria ou a autoridade do Tribunal de Contas, como querem alguns, ou a autoridade do Senado Federal, como querem outros.

Foi escolhido o Senado da República — porque há, de permoio, implicações de natureza política neste processo — e não apenas o técnico, que é o chamado o homem das idéias em uniforme. Para não ficar constringido o problema nas malhas de uma interpretação tecnológica, convidou-se o político para dar a solução técnica complementar e decisiva, o que caberia ao Senado da República.

Feito isto, nesta hierarquia — texto da lei, lei complementar, Resoluções do Senado — poderíamos então, depois de indagações de um ano (proposta originária), dois anos, três anos, quatro anos, como deseja o Senador Mem de Sá — e eu concordei com esta indicação — através desta facilidade, num período medeando de hoje até 1969, escolher a data precisa de implantação do sistema, já aí com o assentimento de todas as comunas brasileiras, de todos os Estados brasileiros e dos embaixadores dos Estados, que são os Senadores da República.

Ora, é para tudo isso e por essas coisas importantes que somos convocados agora? Não. Daqui a pouco. Agora, queremos saber se estamos com as normas e princípios fundamentais, com a filosofia do projeto. Sim, respondeu o Senador João Agripino, porque não propôs nada que alterasse a essência do projeto. Logo, está de acordo com sua filosofia. Está, no entanto, discutindo antecipadamente, está discutindo com precipitação. S. Exa. é convocado — é pena que vá para a Paraíba — para vir discutir e resolver com seu talento este problema. Não lhe falta aptidão para trazer — quem sabe? — a lei complementar, que vou subscrever em segundo lugar. Mas S. Exa. se antecipa a esse debate, com saudade prévia desta Casa, (risos) traz a baila questões que não estão em debate — perdão-me meu velho e querido amigo, pois sempre entretecemos e entretemos relações em meio a muitas divergências, sem comprometermos essa afetividade e essa estima em todas as divergências, e, por isto, tanto nos estimamos e tanto nos respeitamos.

O Sr. João Agripino — Com orgulho e honra para mim.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Jamais esqueço sua despedida desta Casa e as palavras que escreveu a meu respeito. E eu, como tenho o defeito da gratidão, nunca vou esquecê-las.

Mas neste debate o Senador João Agripino labora numa série de equívocos, repetindo, reiterando afirmações, umas que já foram, se S. Exa. me permite, inteiramente pulverizadas, outras, que decorrem de um temor legítimo, e nisto estarei com S. Exa., que é no sentido da execução dessas normas. É o problema para o qual S. Exa. foi convocado.

Não há transformação nenhuma em matéria de lei, sobretudo em lei tributária, que é extraordinariamente renovadora. Não é possível que não haja problema, sobretudo neste complexo brasileiro, o complexo municipalista do país.

São estas, as palavras, Sr. Presidente, com talvez a "ex abundância" que não estava no meu propósito, mas provocado pela brilhante intervenção do meu prezado amigo e eminente homem público, Senador João Agripino, com que compareço a esta Casa, dando a S. Exa. uma satisfação e, ao mesmo tempo, esclarecendo aos meus eminentes pares aquilo que constitui,

afirmo, um ponto de vista que, de certa maneira, já se generaliza em todo o meio político nacional: a necessidade de uma profunda reforma no sistema tributário nacional. (Muito bem, Palmas prolongadas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Senhor Deputado Pacheco Chaves.

#### O SR. PACHECO CHAVES:

(Encaminhamento da votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, poucas palavras acrescentarei às aqui pronunciadas pelo Senador João Agripino.

A própria exposição do Relator da matéria demonstra claramente a impossibilidade de chegar-se a um acordo nos vários pontos de vista expendidos nesta Casa do Congresso sobre a matéria. Não se podendo atingir essa unidade de opiniões por meio exclusivamente de supressões no texto aprovado pelo Senado Federal, teremos de permanecer naquela mesma posição que defendemos na sessão passada. Julgamos que o projeto, tal como apresentado e apreciado pela Câmara dos Deputados, prejudica os municípios, prejudica os Estados e prejudica os produtores, se considerarmos os produtores o primeiro elo da produção.

Estas as considerações Sr. Presidente, que deveria tecer neste momento, a fim de podermos votar conscientemente matéria de tanta importância. (Muito bem.)

#### O SR. CARNEIRO DE LOYOLA:

(Questão de Ordem). (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, recebi, ainda ontem, a visita do Prefeito eleito de Joinville. Do orçamento da Prefeitura de minha zona, trazido por S. Sr., verifiquei que a modificação tributária pretendida não seria absolutamente prejudicial. Muito ao contrário, ela vem beneficiar diretamente os municípios e, ainda mais, emancipá-los completamente do Governo do Estado.

Nestas condições, votarei a favor da proposição. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com a palavra do Sr. Deputado Carneiro de Loyola, ficou esgotada a possibilidade de encaminhamento de votação na Câmara dos Deputados, nos termos da resolução nº 1. Assim, vai-se passar à votação. Há, entretanto, requerimento nos seguintes termos:

"Requeiro que na Câmara seja votada englobadamente toda matéria votada no Senado. Isto é, a matéria votada englobadamente mais as emendas 10 e 18".

Em votação o requerimento. (Pausa). Aprovado.

Em consequência, será feita uma única votação na Câmara dos Deputados. Votar-se-á englobadamente o projeto, votar-se-ia englobadamente a matéria já votada no Senado Federal, constituída dos seguintes pontos: emenda 4, emenda 7, emenda 11, em seu § 2º, art. 7º, emenda 12, emenda 16, emenda 22, emenda 26, emenda 27 e emenda 28 e, por força da aprovação deste requerimento mais as emendas 10 e 18.

A chamada será feita de Norte para o Sul, votando em primeiro lugar o líder do Governo.

(Procede-se à chamada).

#### O SR. ÍTALO FITIPALDI:

Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Com a palavra o nobre Deputado Ítalo Fitipaldi, para uma questão de ordem.

#### O SR. ÍTALO FITIPALDI:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, consulto V. Exa. se, na votação de emenda constitucional, o Deputado ou Senador que proferir seu voto deverá fazê-lo do lugar em que se encontra ou em lista previamente preparada.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os votos têm de ser dados pessoalmente pelos parlamentares.

#### O SR. ÍTALO FITIPALDI — Nes-

te caso, nobre Presidente, advirto V. Exa. de que se acha sobre a mesa uma lista para que os Deputados aponham o voto, sim ou não, razão pela qual o processo tornar-se-á quase inútil.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nobre Deputado, vou-me entender com o Secretário Nilo Coelho. (Pausa).

O Sr. Secretário Nilo Coelho informa que não há nenhuma lista que não foi anotado nome de Deputado que não estivesse presente.

O SR. ÍTALO FITIPALDI — Pergunto a V. Exa. como votou o Deputado Celestino Filho.

O SR. SECRETÁRIO (Nilo Coelho) — O Deputado Celestino Filho não votou. Estava sendo tomado o voto dos Deputados de Alagoas, agora do Sr. Abraão Moura que está no fundo da sala.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — O Secretário não pode responder em nome da Presidência. Suspendo a sessão.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão. Devo lembrar aos Srs. Secretários que, de acordo com o Regulamento Interno, S. Exas. apenas poderão fazer a chamada e anotar os votos recebidos. Não podem, quando a Presidência é questionada em ordem, responder em lugar dela, diretamente para o plenário. Se o Senhor Secretário tiver qualquer declaração a fazer, deverá deixar o exercício da Secretaria, dirigir-se ao Plenário, pedir a palavra pela ordem, a fim de que os trabalhos se mantenham sempre bem orientados, mantida a autoridade do Presidente da Casa.

#### O SR. NILO COELHO:

Pego a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — V. Exa. vai para a tribuna para falar pela ordem. Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilo Coelho.

#### O SR. NILO COELHO:

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, procedia à chamada da presente sessão, como de costume venho fazendo em subsídio à Mesa do Congresso Nacional, e nisso era acompanhado por mais de 6 Srs. Deputados que, inclusive, apontavam os locais de permanência dos que votavam. Foi posto em dúvida o voto do Sr. Abraão Moura, que estava no plenário desta Casa e havia respondido à chamada. Não me pude conter ante a maneira destemperada do companheiro que levantou dúvidas sobre a idoneidade da chamada. (Muito bem; palmas). Não pretendia — como não pretendo — em nenhuma oportunidade, tomar a autoridade do Presidente do Congresso Nacional, mas também não posso admitir que algum colega da Casa ponha em dúvida a idoneidade da chamada a que procedo nesta Casa. Por este motivo tive a atitude que tomei.

**O SR. ADAUTO CARDOSO:**

Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade). Tem a palavra o nobre Deputado Adauto Cardoso.

**O SR. ADAUTO CARDOSO:**

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, dou meu testemunho de que o incidente ocorreu em relação ao voto do Deputado Abrahão Moura. Foi, na realidade, quando S. Ex.<sup>a</sup> era chamado que, na Mesa, onde assistimos ao trabalho do Deputado Nilo Coelho, se levantou a impugnação objeto da reclamação do Deputado Italo Fittipaldi. Portanto, a presença inquestionada do Deputado Abrahão Moura, que está aqui vivo e forte, foi o fato que deu origem à infundada reclamação. (Muito bem).

**O SR. ITALO FITTIPALDI:**

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, o nobre Secretário Nilo Coelho está "sangrando" em saúde. Não lancei qualquer suspeição sobre a forma como o Senhor Secretário está recolhendo os votos nesta Casa. Apenas, Sr. Presidente, levantei uma dúvida: estava sobre a Mesa, no momento, uma lista na qual os Srs. Deputados apunham suas assinaturas ou, talvez, apenas seus nomes. Então, dirigi-me a Vossa Excelência para lembrar que estamos votando uma emenda constitucional idêntica àquela que prorrogou o mandato do Sr. Presidente da República. Isto é, o Deputado precisa comparecer pessoalmente e declarar seu voto: SIM ou NÃO. Acho que está claro como água. Em absoluto, lancei qualquer dúvida sobre o companheiro Nilo Coelho, pelo qual tenho o máximo apreço.

Quanto ao nobre Deputado Abrahão Moura, que, graças a Deus, como dito pelo nobre Deputado Adauto Cardoso, está aqui, vivo e saudável, Sua Excelência não foi objeto de minhas considerações. Apenas adverti o Senhor Presidente, no momento em que se contava o voto do nobre Deputado Celestino Filho, que S. Ex.<sup>a</sup> não se encontrava no plenário; pode ser que tenha, inclusive, o nobre Deputado Celestino Filho, dado autorização para que seu voto fosse contado. Mas — pelo amor de Deus! — essa não é forma regular; é anti-regimental, pois estamos votando emenda constitucional. Quero deixar claro, pela convivência com os caros colegas, aqui neste plenário, jamais lançaria sobre qualquer um deles alguma suspeição. E não quero, em absoluto, que o Sr. Secretário Nilo Coelho tenha de mim esta impressão ou faça de mim juízo que não deva fazer. (Muito bem).

**O SR. ABRAHÃO MOURA:**

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, encontrava-me na última fila de cadeiras deste recinto, quando o Deputado Nilo Coelho chamou: "Alagoas — Abrahão Moura"; eu, de lá, fiz o gesto de assentimento, e S. Ex.<sup>a</sup> contou meu voto. Estou, pois, presente. Assim, se alguém tem dúvida, fica acreditando que aqui estou presente. (Muito bem. Palmas).

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, cheguei no fim do incidente. Entretanto, tenho duas certezas. A primeira é a de que a pressa dos companheiros que querem votar *sim* será atendida dentro de poucos minutos. A segunda, que todos têm razão, afinal de contas, porque o Deputado Italo Fittipaldi já explicou que não quis molestar de maneira alguma o 1º Secretário. O Deputado Abrahão Moura, que entra no caso como Pilatos

no Credo, também deu seu depoimento favorável ao Deputado Nilo Coelho que, a rigor, não foi acusado, porque o colega que levantou a questão de ordem já esclareceu o que desejava fosse esclarecido.

Embora, como disse, tendo chegado ao término do incidente, mas conhecendo V. Exa. muito bem, tenho certeza de que, de sua parte, se houve interferência no sentido de não permitir, regimentalmente aliás, que o Deputado Nilo Coelho tomasse sua defesa, é porque V. Ex.<sup>a</sup> ia tomá-la, como Presidente dos trabalhos. Tendo esta certeza, peço também a Vossa Excelência que dê o acidente como encerrado, porque queremos trabalhar e temos muito que fazer. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade). — A Presidência informa que a questão de ordem levantada pelo Deputado Italo Fittipaldi, a propósito do andamento da votação, estava resolvida com a consulta que a Presidência fizera ao Secretário Nilo Coelho.

O incidente surgiu, não a propósito da licitude da conduta e da apuração de votos, mas, sim, em virtude da intempestiva conduta do Deputado Nilo Coelho no exercício da Secretaria. Por esta razão foi levantada a sessão.

A Presidência esclarece ao Congresso que, em todas as votações que se passam na Câmara, deliberou convidar os Srs. Secretários da Câmara dos Deputados para que façam as apurações. Isto porque se trata de pessoas que conhecem melhor seus colegas e merecem a total confiança da Presidência do Congresso Nacional.

Entretanto, a Presidência está certa de que este incidente se encerra, mas vale para significar, de futuro, que a Presidência cabe, e só a ela, responder às interpelações e questões de ordem. A Presidência cabe, só a ela, não a defesa dos Secretários que a auxiliam, mas a defesa do bom nome do Congresso Nacional, e isto ela não transfere a ninguém, e não tolerará, em hipótese alguma, que qualquer Secretário tome a si o cumprimento de desforços, de impetus ou de respostas que competem, pelo Regimento, a Presidência. Assim, vai-se prosseguir na votação. A Presidência dá por encerrado o incidente e está certa de que tudo não passou de impulso do nobre Deputado Nilo Coelho, mas que S. Exa. dará a contribuição necessária a que os trabalhos sejam presididos e dirigidos, como devem ser neste momento e em todos os instantes e que o Congresso é convocado.

**O SR. VITORINO FREIRE:**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade). — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Vitorino Freire.

**O SR. VITORINO FREIRE:**

(Questão de ordem. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, assisti ao incidente, e quero, sem quebra do grande respeito e acatamento que tenho a V. Exa., tomar a defesa do Deputado Nilo Coelho.

Incidente idêntico já se deu comigo, Sr. Presidente, quando o saudoso Senador Melo Viana presidia o Congresso. Eu estava no Senado. Por ocasião de uma chamada que eu fazia e posta em dúvida minha palavra, não esperei pelo Presidente nem fui folhear o Regimento: dei de imediato a resposta. V. Exa., que conheço muito bem como homem ativo, enérgico e um pouco esquentado, teria a mesma atitude do nobre

Deputado Nilo Coelho se ocupasse o lugar dele e sua palavra fosse posta em dúvida.

Por isto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. dê o incidente por encerrado e justifique a conduta do Deputado Nilo Coelho, a quem estou ligado por laços de amizade e também de conterrâneo pernambucano da área da seca, um pouco impulsivo. Aliás, Senhor Presidente, V. Exa. sabe que o grande apreço que lhe tenho é sobretudo pela sua coragem. (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade). — Declarei que o incidente estava encerrado. A solidariedade do Senador Vitorino Freire ao nobre Deputado Nilo Coelho tem razões na sua amizade, afetividade e, sobretudo, em circunstância anterior ocorrida entre S. Exa. e o Senador Melo Viana.

Não sei como o Senador Melo Viana agiu. Mas sei como eu agiria se ocupasse a presidência naquele dia, quando V. Exa. tomou aquela atitude.

Prossegue a votação.

**RESPONDEM "SIM" OS SENHORES DEPUTADOS:****Acre**

Armando Leite  
Geraldo Mesquita  
Jorge Kalume  
Mário Maia  
Rui Lino  
Wanderley Dantas

**Amazonas**

Abrahão Sabbá  
Antunes de Oliveira  
Djalma Passos  
José Esteves  
Leopoldo Peres  
Paulo Coelho  
Wilson Calmon — (3-3-66)

**Pará**

Armando Corrêa  
Burlamaqui de Miranda  
Carvalho da Silva — (4-12-65)  
Gilberto Campelo Azevedo  
João Menezes  
Lopo Castro  
Stélio Maroja  
Waldemar Guimarães

**Maranhão**

Alexandre Costa  
Cid Carvalho  
Clodomir Millet  
Henrique La Rocque  
Ivar Saldanha  
Joel Barbosa  
José Burnett  
José Sarney  
Lister Caldas  
Luiz Coelho  
Luiz Fernando  
Mattos Carvalho  
Pedro Braga

**Piauí**

Ezequias Costa  
Gayoso e Almendra  
Heitor Cavalcanti  
João Mendes Olimpio  
Moura Santos  
Souza Santos

**Ceará**

Alfredo Barreira — (18-1-66)  
Alvaro Lins  
Dager Serra — (11-3-66)  
Esmerino Arruda  
Euclides Wicar  
Flávio Marcílio  
Francisco Adeodato  
Furtado Leite  
Leão Sampaio  
Lourenço Colares — (10-12-65)  
Oziris Pontes  
Perilo Teixeira  
Paulo Sarasate  
Ubirajara Ceará — (21-4-66)  
Ossian Araripe

**Rio Grande do Norte**

Aulísio Bezerra  
Djalma Marinho  
Jesse Freire  
Odilon Ribeiro Coutinho

**Paraíba**

Janduí Carneiro  
João Fernandes  
Luiz Bronzeado  
Plínio Lemos  
Raul de Góes  
Teotônio Neto  
Vital do Rêgo

**Pernambuco**

Aderbal Jurema  
Arruda Câmara  
Augusto Novaes  
Aurino Valois  
Bezerra Leite  
Clodomir Millet  
Clodomir Leite  
Costa Cavalcanti  
Geraldo Guedes  
José Carlos Guerra  
Luiz Pereira  
Milveres Lima  
Ney Maranhão  
Nilo Coelho  
Souto Maior  
Tabosa de Almeida

**Alagoas**

Abrahão Moura  
Aloysio Nono  
Medeiros Neto  
Oceano Carleial

**Sergipe**

Arnaldo Garcez  
Lourival Batista  
Machado Rollemberg  
Walter Batista

**Bahia**

Antonio Carlos Magalhães  
Cícero Dantas  
Edvaldo Flores  
Gastão Pedreira  
Heitor Dias  
Manoel Novaes  
Mário Piva  
Necy Novaes  
Nonato Marques  
Oliveira Brito  
Oscar Cardoso  
Ruy Santos  
Teodoro de Albuquerque  
Tourinho Dantas  
Vasco Filho

**Espírito Santo**

Dirceu Cardoso  
Dulcino Monteiro  
Floriano Rubin  
Gil Veloso  
Oswaldo Zanella

**Rio de Janeiro**

Afonso Celso  
Alair Ferreira  
Carlos Werneck  
Dado Coimbra  
Geremias Fontes  
Raymundo Radilha  
Roberto Saturnino

**Guanabara**

Aguinaldo Costa  
Adauto Cardoso  
Afonso Azevedo Filho — (M.E.)  
Amaral Neto  
Arnaldo Nogueira  
Aureo Melo  
Jaeta Neves  
Benjamin Farah  
Cardoso de Menezes  
Chagas Freitas  
Eurico Oliveira

**Minas Gerais**

Aécio Cunha  
Aminias de Barros  
Cyro Maciel — (S.E.)  
Dnar Mendes  
Elias Carmo  
Francelino Pereira



Geraldo Freire  
Guilherme de Oliveira  
Hernando Bethônico  
José Bonifácio  
José Humberto  
Mancel de Almeida  
Manoel Traveira  
Nogueira de Rezende  
Ormeo Botelho  
Ovidio de Abreu  
Oswald Coelho  
Padre Nobre  
Simo da Cunha  
Ulisses de Carvalho  
Walker Passos

#### São Paulo

Batista Ramos  
Campos Vargal  
Harry Normaton  
Hamilton Prado  
Lauro  
Maurício Goulart  
Padre Godinho  
Pinheiro Brisolia  
Susumu Hirata  
Yukihigue Tamura

#### Goias

Benedino Vaz  
Castro Costa  
Emival Calado  
Geraldo de Pina  
Haroldo Duarte  
Jales Machado  
José Freire  
Ludovico de Almeida  
Peixoto da Silveira  
Rezende Monteiro  
Lisboa Machado

#### Mato Grosso

Correa da Costa  
Edison Garcia  
Miguel Marcondes  
Philadelpho Garcia  
Rachid Mamed  
Saldanha Derzi  
Wilson Martins

#### Paraná

Acchil Filho  
Antonio Anzibelli  
Antonio Baby  
Braga Ramos  
Elias Nacle  
Emilio Gomes  
Fernando Gama  
Hermes Macado  
Ivan Luz  
Jorge Curi  
Jose Richa  
Maia Neto  
Mario Gomes  
Lyrio Bertolli  
Miguel Buffara  
Minoru Miyamoto  
Plinio Costa  
Rafael Rezende  
Wilson Chedid

#### Santa Catarina

Albino Zeni  
Aroldo Carvalho  
Carneiro de Faria  
Dionicio de Freitas  
Laerte Vieira  
Pedro Zimmermann

#### Rio Grande do Sul

Adilio Vilas  
Afonso Anschau  
Antonio Bresolin  
Ary Alcântara  
Brito Velho  
Cid Furtado  
Clovis Pestana  
Croacy de Oliveira  
Euclides Triches  
Luciano Machado  
Maurício Terra — (M.E.)  
Milton Cassel — (S.E.)  
Norbert Schmidt  
Osmar Grafulha  
Peracchi Barcelos  
Ruben Alves  
Tarso Dutra

#### Rondônia

Hegel Morhy

#### Roraima

Francisco Eliasbão

Total "SIM" — 265

### RESPONDEM "NÃO" OS SENHORES DEPUTADOS:

#### Pará

Gilberto Campelo Azevedo  
João Azevedo

#### Maranhão

Renato Archer

#### Piauí

João Mendes Olimpio

#### Ceará

Edilson Melo Távora  
Martins Rodrigues  
Paes de Andrade

#### Rio Grande do Norte

Aluisio Bezerra  
Aristofanes Fernandes  
Clovis Motta  
Djalma Maranhão  
Jesse Freire  
Odilon Ribeiro Coutinho

#### Vingt Rosado

Paraíba:  
Arnaldo Lafayette  
Flaviano Ribeiro  
Humberto Lucena

#### Pernambuco

Alde Sampaio  
Andrade Lima Filho  
Oswaldo Lima Filho  
Souto Maior

#### Alagoas

Ary Pitombo

#### Sergipe

José Carlos Teixeira

#### Bahia

Aloisio de Castro  
Clemens Sampaio  
Edgard Pereira  
Henrique Lima  
Josaphat Azevedo  
Oliveira Brito  
Pedro Catalão  
Regis Pacheco  
Vieira de Melo  
Wilson Falcão

Espírito Santo  
Argilano Dario

#### Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes — (M.E.)  
Ario Teodoro  
Bernardo Bello  
Edésio Nunes  
Jorge Said-Cury  
Josemaria Ribeiro

Guanabara  
Afonso Aunos Filho — (M.E.)  
Baeta Neves  
Benjamin Farah  
Nelson Carneiro  
Waldir Simões

#### Minas Gerais

Abel Rafael  
Bento Gonçalves  
Carlos Murio  
Jaeder Albergaria  
João Hercúlio  
Milton Reis  
Padre Vidigal  
Renato Azevedo  
Tancredo Neves

#### São Paulo

Adrião Bernardes  
Afranio de Oliveira

Alceu de Carvalho  
Amaral Furlan  
Amiz Badra  
Antonio Feliciano  
Atine Coury  
Carvalho Sobinho  
Celso Amaral  
Condeixa Filho  
Dias Meneses  
Derville Alcgretti  
Ewaldo Pinto  
Franco Monteiro  
Hélio Magnanzenzi  
Henrique Turner  
Italo Filippaldi — (S.E.)  
Ivete Vargas  
José Farnosa  
José Resegue  
Luz Francisco  
Mário Covas  
Nicolau Tuma  
Pacheco Chaves  
Paulo — Lauro (1-12-65)  
Plínio Salgado  
Teófilo Andrade  
Tufy Nassif  
Ulisses Guimarães

#### Mato Grosso

Ponce de Arruda

#### Paraná

Braza Ramos

#### Santa Catarina

Antonio Almeida  
Orlando Bertoli  
Osni Regis

#### Rio Grande do Sul

Cesar Prieto  
Croacy de Oliveira  
Floriano Paixão  
Giordano Alves  
Jairo Brum  
Lino Braun  
Matheus Schmidt  
Osmar Grafulha  
Raul Pila  
Unirio Machado  
Vitor Issler

### ABSTEMSE DE VOTAR OS SRS. DEPUTADOS:

Chagas Rodrigues  
Luna Freire  
Breno da Silveira  
Celso Passos  
Germinal Feijó  
José Landelli — (6)

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Se todos os Srs. Deputados já votaram, irei declarar encerrada a votação. (Pausa) Está encerrada a votação. Vou anunciar o resultado. Votaram "sim" 265 Srs. Deputados; "não", 93 Srs. Deputados. Houve 6 abstenções. A matéria foi aprovada por maioria absoluta. (Pausa).

Há sobre a mesa, declarações de voto dos Srs. Cattete Pinheiro e Burlamaqui de Miranda, que vão ser lidos.

São lidas as seguintes:

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Segundo depoimentos de vários Secretários da Fazenda de Estados mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, o Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, nos termos expressos na mensagem do Poder Executivo, não poderá atender os reais interesses dos Estados e Municípios.

Baseado sobre premissas indefinidas, o sistema tributário proposto não assegura às unidades federativas e seus municípios, a relativa estabilidade financeira capaz de lhes garantir uma normal administração pública.

E' de salientar mesmo que, tudo, deixa entrever uma possível instabilidade e, porque não dizer, o sacrifício das regiões menos desenvolvidas, dos Estados e Municípios mais pobres.

E por assim entender, sem ter podido, portanto, encontrar motivos para, com tranquilidade de consciência, dar aprovação ao Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1965, é que manifesto o meu voto contrário, por entender que, somente assim, estarei cumprindo com meus deveres de representante do Pará, no Senado da República. — *Cattete Pinheiro*.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contra a Emenda Constitucional que altera o sistema tributário pelos seguintes motivos:

1º) A alteração proposta, resultará, sem nenhuma dúvida, em brutal aumento do custo de vida;

2º) Enfraquece o sistema Federativo, ao cometer a quase exclusividade de tributação, reduzindo estados e municípios a meros "pensionistas" da União;

3º) O que a primeira vista parece beneficiar os Municípios com substancial participação nos impostos a serem arrecadados, redundará, em última análise, na maior "bluff" da história do Brasil, eis que, já na época atual, a participação dos municípios nos Impostos de Renda e Consumo é efetivada após protestos e mais protestos, pois a União não os paga. Já com pontualidade, que difere, a Emenda aprovada a Emenda proposta, onde não só a União, mas também o próprio Estado, obrigam-se a entregar aos municípios parte do arrecadado?

Pelos motivos acima expostos, a meu ver mais do que suficientes, levando em conta ainda que o meu Estado, o Pará, terá seu Orçamento reduzido substancialmente, entre ficar com a Emenda que me parece inoportuna e sobretudo danosa ao princípio federativo, aos Estados menos favorecidos no que tange a produção, e aos Municípios, prefiro Votar Contra, com a presente Declaração de Voto que esclarece minha posição ante o problema.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1965. — *Dep. Burlamaqui de Miranda, Pará*.

### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O segundo turno para votação desta matéria de hoje realizar-se-á no dia 1º de dezembro, às 10 horas da manhã. O Congresso Nacional reunir-se-á nesse dia.

Amanhã, fica o Congresso Nacional convocado para às 9 horas da manhã, a fim de ser procedida a leitura da Mensagem nº 24, de 1965, com a qual o Sr. Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, para tramitação nos termos do Art. 21, do Ato Institucional nº 2, o Projeto de Emenda à Constituição nº 9-65, Congresso Nacional, que regula a situação do funcionário público civil no exercício de mandato eletivo e do militar da ativa que aceitar cargo civil. Na mesma sessão matutina, dar-se-á a designação da comissão mista que deverá proferir parecer sobre a matéria e também será estabelecido o calendário a ser observado na sua tramitação.

Em seguida à reunião do Congresso Nacional, os Srs. Deputados estarão reunidos, conforme convocação já feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Os Srs. Senadores reunir-se-ão no Senado Federal, em sessão ordinária, às 14.30 horas.

Amanhã, ainda, às 21 horas, realizar-se-á sessão para promulgação de duas Emendas Constitucionais.

Assim, ficam os Srs. Congressistas convocados para às 9 horas, em sessão matutina do Congresso Nacional, e para às 21 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, encerra a presente sessão.

Encerra-se a sessão às 24 horas.